

Maurício Rubens de Carvalho Guilherme

**A relação entre a colocação dos clíticos
e o parâmetro *pro-drop* no português
brasileiro**

Belo Horizonte, MG
UFMG/POSLIN
2012

Maurício Rubens de Carvalho Guilherme

A relação entre a colocação dos clíticos e o parâmetro *pro-drop* no português brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudos em Sintaxe Formal

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral.

Belo Horizonte, MG
Pós Graduação em Estudos Linguísticos - POSLIN
Faculdade de Letras da UFMG
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Dissertação intitulada “*A relação entre a colocação dos clíticos e o parâmetro pro-drop no português brasileiro*”, de autoria do mestrando Maurício Rubens de Carvalho Guilherme, submetida à aprovação pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral – FALE/UFMG – Orientador

Prof. Dr. Fabio Bonfim Duarte – FALE/UFMG

Profa. Dra. Heloísa Nascimento Silva Pilati - UNB

Profa. Dra. Jânia Martins Ramos – FALE/UFMG – Suplente

À minha esposa, Larissa,
sempre ao meu lado, e aos
meus alunos, fonte
inesgotável de inspiração.

AGRADECIMENTOS

“Em todo tempo ama o amigo, e na angústia faz-se o irmão.”
Provérbios 17:17

A Jesus, o Cristo, pelo amor, misericórdia e fidelidade aos seus planos em minha vida.

À minha esposa, Larissa, que nos momentos de maior aridez esteve ao meu lado, confortando, incentivando e fazendo-me ver o melhor lado das circunstâncias.

Aos meus pais, Rubens e Idalina, que me ensinaram os primeiros passos e abriram as portas do mundo para mim; muitas vezes privando-se de muita coisa para me dar tudo.

Aos meus irmãos, Pedro Paulo, Mara e Raquel, que ajudaram no meu crescimento e os quais levarei comigo para onde eu for.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral, pela confiança, pelo incentivo e pelo interesse pela minha pesquisa.

Aos meus cunhados e cunhada, Gustavo, Lucas e Gisele, por fazerem meus irmãos felizes.

Aos meus sobrinhos, Carol, Anna Clara e Henrique, por me ensinarem que a vida se renova e que sempre há um motivo para desejarmos o futuro.

Aos professores do Poslin, em especial à Profa. Dra. Jânia Ramos e ao Prof. Dr. Fábio Bonfim, por acreditarem no meu projeto e pelos ensinamentos tão valiosos.

Ao meu sogro, Alberto, à minha sogra, Deise, e aos meus cunhados, Matheus e Anakely, pelo amor e cuidado durante todos esses anos.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram e me deram força.

Aos amigos do Colégio Novo Mundo por dividir comigo as lutas do dia-a-dia, sempre com muito amor.

A todos os que de maneira direta ou indireta me ajudaram a chegar até aqui e que sei que desejam meu sucesso, o meu amoroso MUITO OBRIGADO!

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

De *Pau-brasil* (1925)

Oswald de Andrade

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é discutir a relação existente entre os clíticos e o parâmetro *pro-drop* em frases com sujeitos indeterminados, com o verbo “parecer” inacusativo e com verbos imperativos no Português Brasileiro (PB). Para isso lança-se mão do quadro teórico traçado por Chomsky (1981), Rizzi (1986) e Raposo (1992), que postula a existência de uma Gramática Universal, e segundo o qual a faculdade da linguagem estaria dividida em duas partes. De um lado estariam os Princípios, que são universais e constantes, e que são responsáveis pelas similaridades entre as línguas. Do outro lado estariam os Parâmetros, que embora também universais, possuem um valor que muda de língua para língua, o que explicaria a diferença entre elas. A pesquisa motiva-se inicialmente pela percepção de que, a exemplo do que foi relatado por Holmberg (2000) a respeito das línguas escandinavas, quanto à operação chamada *Stilistic Fronting*; a posição de sujeito em PB vem sendo cada vez mais preenchida por XP's movidos para essa posição, ou nela inseridos, a fim de checar o traço EPP, o qual, segundo Chomsky (1998), requer que a posição de Spec-TP (Spec-IP) seja preenchida por alguma categoria. Desse modo, a satisfação a EPP, segundo Holmberg (op.cit.) pode ocorrer de várias maneiras como: pelo movimento de um DP temático; pela inserção de um XP expletivo; por pronomes clíticos; ou, ainda, por meio de afixos de concordância que se adjungem ao núcleo T°. A principal hipótese desse trabalho é de que clíticos pronominais, em especial o de primeira pessoa “*me*”, se movem para a posição de sujeito sempre que essa se encontra vazia, ocasionando inclusive a ordem (cl+V) em início absoluto de frase, contrariando dados do Português Europeu e evidenciando uma característica do PB. Levantamentos preliminares dão conta de que sempre que o clítico pronominal está presente em um contexto de sujeito indeterminado há a exclusão do pronome nominativo, o que reforça a ideia de que aquele ocupa a posição deste dentro da estrutura da frase.

Palavras-chave: clíticos, parâmetro *pro-drop*, traço EPP, *Stilistic Fronting*, língua V2.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to discuss the relationship between the clitics and the *pro-drop* parameter in sentences with indeterminate subjects, with the inacusative verb “to seem” and with imperative verbs in Brazilian Portuguese (BP). For this it makes use of the theoretical framework outlined by Chomsky (1981), Rizzi (1986) and Raposo (1992), which postulates the existence of a Universal Grammar, and according to which the language faculty was divided into two parts. On one side were the principles which are universal and constant, and are responsible for similarities between languages. On the other side were the parameters, that although also universal, have a value that changes from language to language, which would explain the difference between them. The research was motivated initially by the realization that, as has been reported by Holmberg (2000) about the Scandinavian languages, with respect to the operation named Stylistic Fronting, the subject position in BP has been increasingly filled by XP's moved to that position, or inserted in it in order to check the feature EPP, which, according to Chomsky (1998), requires that the position of Spec-TP (Spec-IP) is filled by a category. Thus, the satisfaction of EPP, according to Holmberg (op.cit.) Can occur in several ways: by movement of a theta-DP; by inserting an expletive XP; for clitic pronouns; or even for agreement affixes in T°. The main hypothesis of this study is that pronominal clitics, especially first-person “me”, move to subject position when it is empty, including occasioning the order (cl +V) in absolute beginning of the sentence, countering European Portuguese data evidencing an characteristic of PB. Preliminary surveys realize that whenever the pronominal clitic is present in a context of indeterminate subject, there is the exclusion of the nominative pronoun, which reinforces the idea that the clitic occupies the position of the excluded nominative pronoun within the structure of this sentence.

Keywords: clitics, pro-drop parameter, impersonal subjects, EPP feature, Stylistic Fronting.

TABELAS

TABELA 1 – Ocorrências do sujeito indeterminado “com” a presença do clítico (1ª pessoa).	17
TABELA 2 – Evolução nos paradigmas flexionais do Português brasileiro.	24
TABELA 3 – Natureza dos traços D e P nas línguas de sujeito nulo e de sujeito obrigatório.	32
TABELA 4 – Paradigma verbal Islandês antigo X Islandês moderno.	33
TABELA 5 – Tipos de preenchimento de sujeito indeterminado.	41
TABELA 6 – Porcentagens dos clíticos e dos pronomes tônicos através dos tempos. .	57
TABELA 7 – Pronomes de 2ª pessoa em função de objeto.	58
TABELA 8 – O paradigma pronominal do PB – segundo os casos – (norma culta). .	59
TABELA 9 – Distribuição dos pronomes clíticos nos dados do NURC, em Monteiro (1994).	59
TABELA 10 – Ocorrência dos clíticos segundo suas formas em orações principais e subordinadas.	60
TABELA 11 – Posição do pronome clítico em estruturas V1.	62
TABELA 12 – Ocorrências de V1 e V2 no Português Medieval. (FIEIS, 2002:6)	70
TABELA 13 – Sentenças com indeterminação de sujeito em orações matrizes segundo o tipo de preenchimento à esquerda do verbo.	75
TABELA 14 – Verbo ‘parecer’ inacusativo.	77

FIGURAS

FIGURA 1 – Representação de EPP.	28
FIGURA 2 – Clítico e Agr na posição de sujeito.	35
FIGURA 3 – Representação arbórea do verbo “parecer” inacusativo.	47
FIGURA 4 – AI do verbo <i>parecer</i> inacusativo.	48
FIGURA 5 – Estrutura arbórea da oração principal de línguas V2 com movimento de V para C.	69
FIGURA 6 – Estrutura arbórea da oração principal de línguas V2 com movimento de V para T°	69
FIGURA 7 – Representação arbórea de oração principal em PB.	80

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Ocorrência total de sujeitos nulos.	24
GRÁFICO 2 – Ocorrência do sujeito nulo na 2ª pessoa direta e indireta.....	25
GRÁFICO 3 – Ocorrência do sujeito nulo na 1ª pessoa.....	26
GRÁFICO 4 – Ocorrência do sujeito nulo na 3ª pessoa.....	26

ABREVIATURAS

AE – Argumento Externo

Agr – Concordância

AI – Argumento Interno

C° – Núcleo da categoria funcional CP

CP – Sintagma complementizador (*Complementizer Phrase*)

D – Determinante

DID - Diálogo entre informante e documentador

DP – Sintagma determinante (*Determiner Phrase*)

EM – Merge externo (*External Merge*)

EPP – Princípio de projeção estendida (*Extended Projection Principle*)

FinP – Sintagma de finitude

FocusP – Sintagma de foco

ForceP – Sintagma de força

GT - Gramática Tradicional

GU – Gramática Universal

IM – Merge interno (*Internal Merge*)

IP – Sintagma flexional

NURC – Norma Urbana Culta

PB – Português Brasileiro

PE – Português Europeu

PP – Sintagma Preposicional (*Prepositional Phrase*)

pro – Categoria vazia pronominal

SF – Fronteamento estilístico (*Stylistic Fronting*)

Spec-CP – Posição de especificador do sintagma complementizador CP.

Spec-TP – Posição de especificador do sintagma de tempo TP – Núcleo da categoria funcional TP

*u*D – Traço ininterpretável de determinante

*u*P – Traço ininterpretável P (=phonological)

t – Vestígio (*trace*)

T° – Núcleo do sintagma de tempo

TP – Sintagma de tempo (*Tense Phrase*)

TopP – Sintagma de tópico (*Topic Phrase*)

V – Verbo

V2 – Língua cujo verbo sempre ocupa a segunda posição da sentença.

vP – Sintagma verbal que tem como núcleo um verbo leve

VP – Sintagma verbal que tem como núcleo um verbo lexical (*Verbal Phrase*)

XP – Sintagma de qualquer natureza semântica

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	14
2 - O SUJEITO NULO.....	21
2.1 – O parâmetro <i>pro-drop</i>	22
2.2 – A queda do sujeito nulo em PB.....	23
2.3 – O Princípio de Projeção Estendido (EPP)	27
2.3.1 – A checagem de EPP por outras categorias.....	28
2.3.2 – A checagem de EPP por <i>Agr</i> e por Clíticos.....	33
3 - O PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO DE SUJEITO NOS CASOS DE IN- DETERMINAÇÃO.....	37
3.1 – O sujeito indeterminado segundo a Gramática Tradicional (GT)	39
3.1.1 – Caracterização estrutural da indeterminação do sujeito.....	39
3.1.2 – Caracterização semântica da indeterminação do sujeito.....	40
3.2 – O sujeito indeterminado e a Gramática Gerativa.....	42
3.2.1 – O uso da 3ª pessoa do singular com a partícula <i>se</i>	43
3.2.2 – Uso da 3ª pessoa do plural.....	43
3.2.3 – Construções com infinitivo impessoal.....	43
4 – O VERBO <i>PARECER</i> INACUSATIVO.....	45
4.1 – Verbos inacusativos com CP como AI.	48
5 – O MODO IMPERATIVO.....	50
5.1 – O Imperativo no Português.....	52
5.2 – O papel do clítico.....	53
6 – OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	55
6.1 – O clítico “me”	58
6.2 – O clítico “lhe”	59
6.3 – O clítico “se”	60
6.4 – Hierarquia de Referencialidade.....	61
6.5 – A mudança na colocação dos clíticos.....	62
7 – LÍNGUAS V2.....	64
7.1 – Tipos de línguas V2.....	65
7.2 – O Português brasileiro: uma língua V2.....	70

8. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	73
8.1 – A pesquisa.....	74
8.1.1 – O sujeito indeterminado.....	74
8.1.2 – O verbo <i>parecer</i> inacusativo.....	76
8.2 – O clítico em posição pré-verbal checa EPP.....	78
8.3 – A incompatibilidade do clítico com a periferia esquerda de TP CP).....	81
8.4 – Checagem do Caso Nominativo.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
ANEXO A	99
ANEXO B	100

1. INTRODUÇÃO

Dois temas têm sido bastante discutidos na literatura linguística: os clíticos e o sujeito nulo. O que se vê, entretanto, é que não há um consenso entre os autores com relação a esses assuntos. Para alguns, o Português Brasileiro, doravante PB, é uma língua que deixou de ser pro-drop, pois com o passar do tempo vem, cada vez mais, exigindo que a posição de sujeito seja preenchida por um elemento lexical. Para outros, o é parcialmente, uma vez que admite construções em que o sujeito não seja realizado foneticamente. Mas será que não é mesmo foneticamente realizado? Autores como Holmberg (2000) tem demonstrado como esse preenchimento da posição de sujeito tem ocorrido de maneira especial em línguas escandinavas, o que nos leva a questionar se o mesmo não tem acontecido com o PB. Quanto ao clítico, a discordância não é menor. Para certos autores o pronome clítico é um núcleo, outros o consideram um sintagma. Algumas análises dão conta de que as mudanças pelas quais os clíticos têm passado ao longo dos anos ocorrem devido a fatores fonológicos, enquanto outros as atribuem a razões sintáticas, e por aí vão os desencontros.

A presente dissertação tem como um de seus objetivos relacionar esses dois temas. Além de demonstrar que a queda dos clíticos foi especializada, ou seja, não atingiu a todas as Pessoas e Casos, argumentar-se-á que seus remanescentes sofreram modificações em seu estatuto sintático. Essas modificações, por sua vez, os levaram a assumir papéis que até então não lhes dizia respeito. Além disso, o PB demonstra características que apontam para a suposição de que ele esteja se enquadrando em um grupo de línguas que apresentam uma estrutura V2 especial, assim como o iídiche. Hipótese esta que deverá ser discutida durante a dissertação. Dessa forma, tentar-se-á mostrar que a relação entre a perda do sujeito nulo e a próclise na colocação pronominal do PB é mais estreita do que se pensa.

Um fato claramente observável na Língua Portuguesa falada no Brasil é a preferência pela próclise no uso dos pronomes pessoais átonos, os quais são termos que, normalmente, exercem função de argumento interno de alguns verbos.

Em Portugal, assim como recomendado pela gramática normativa, entretanto, a sua posição com relação ao verbo é regida por um conjunto de regras, sendo a ênclise a ordem recomendada em contextos não marcados como afirmam CUNHA e CINTRA (1985): “Sendo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ênclise.”

Levando-se em consideração a evidente preferência pela próclise e a quase total ausência de ênclise no PB, há que se considerar que sempre que o sujeito não for realizado, há uma grande possibilidade de o pronome átono aparecer em posição inicial da sentença. Logo, infere-se que a não realização fonética do sujeito está fortemente relacionada com a ocorrência do clítico em posição inicial absoluta na sentença, como no exemplos abaixo.

- (1) **a.** Me disseram que você é encenqueiro.
 b. Me parece que as coisas estão boas para você.
 c. Me empresta o livro que você leu?

A ocorrência do pronome “me” em (1) é interessante, uma vez que ocorre em posição inicial de sentença, contrariando a Lei Tobler-Mussafia¹, que postula que o pronome átono não pode figurar nessa posição em línguas românicas, como afirmam Abaurre e Galves:

... a restrição ao clítico em primeira posição é várias vezes violada no nosso corpus, inclusive em elocução formal. Esses fatos mostram que, mesmo quando a sintaxe dos falantes cultos parece aproximar-se da norma portuguesa, ela tem características próprias que são totalmente incompatíveis com esta (ABAURRE e GALVES, 2002).

¹ Lei Tobler-Mussafia: generalização proposta em 1875 por Alfred Tobler ao observar que as línguas neolatinas medievais não apresentam elementos átonos em início da frase. A “Lei Tobler-Mussafia” remete ao fato de não se atestarem, nas línguas antigas, sentenças com verbo em primeira posição (Paixão de Sousa, 2004: 26). Esta generalização estabelece que um clítico não pode ser o primeiro constituinte da oração nas línguas românicas medievais (Galves; Britto e Paixão de Sousa, 2005: 13)

Para detalhar o que está implicado nos dados em (1), considere a seguir o fato de que, conforme tabela abaixo, foi verificada uma tendência ao apagamento do pronome de 3ª pessoa do plural (eles) nas estruturas com indeterminação do sujeito sempre que o clítico está presente:

TIPO DE SUJEITO	N	%
Nulo	22	100
Pleno (3ªpp - Eles)	0	0
Total	22	100

Tabela 1: Ocorrências do sujeito indeterminado “com” a presença do clítico (1ª pessoa).²

Trata-se de orações como as seguintes:

- (2) a. Me disseram que ela é ótima, não sei mais o que fazer.
b. Me deram dinheiro, nunca tive tanto dinheiro na mão.

A partir da análise da tabela acima, pode-se perceber que, quando há a presença do clítico, há também o apagamento do sujeito pronominal de 3ª pessoa do plural em 100% dos casos, como se pode ver nos exemplos em (2).

O levantamento acima foi feito com verbos que têm uma característica em comum que é a de selecionar dois objetos, um dos quais recebe Caso dativo. O objeto que recebe esse Caso, sempre que se refere à 1ª pessoa, é realizado como clítico e colocado, em PB, proclítico ao verbo.

Diante disso, questiona-se o seguinte: A presença do pronome átono, em particular o de 1ª pessoa, favorece o apagamento do sujeito pronominal de 3ª pessoa como estratégia de indeterminação de sujeito? Caso positivo, por qual razão?

Esta dissertação possui a seguinte estrutura: No primeiro capítulo, faz-se uma introdução e apresentação do problema que será discutido durante a dissertação. No

² Dados de corpora orais do PB, século XX, retirados do site www.corpusdoportugues.org.

capítulo 2, far-se-á o trajeto percorrido pelo parâmetro do sujeito nulo no PB desde o século XIX até os dias atuais. No capítulo 3, tratar-se-á do preenchimento da posição de sujeito em estruturas de indeterminação. No capítulo 4, será discutido o caso do verbo *parecer* inacusativo. No capítulo 5, será analisada a estrutura das sentenças imperativas. No capítulo 6, serão tratados os clíticos em PB. Delinear-se-á como se deu sua queda e discutir-se-á como os remanescentes se comportam dentro da sentença. No capítulo 7, será discutido se o PB é um caso especial de língua V2 e as implicações dessa análise. E, por fim, o capítulo 8 explicitará a pesquisa realizada e discutirá os resultados encontrados, assim como suas implicações teóricas.

Na presente dissertação, adota-se o quadro teórico traçado inicialmente por Chomsky (1981, 1995, 1998) em que postula a existência de uma Gramática Universal, e segundo o qual a faculdade da linguagem estaria dividida em duas partes. De um lado estariam os Princípios, que são universais e constantes, e que são responsáveis pelas similaridades entre as línguas. Do outro lado estariam os Parâmetros, que ainda que também universais, têm valores que mudam de língua para língua, o que explicaria a diferença entre elas.

Além disso, lança-se mão da teoria de fases elaborada por Chomsky (2005) segundo a qual há dois tipos de operação JUNTAR (MERGE): (i) o *external merge* (EM), que é a relação sintática de c-seleção que se dá entre um predicador e o seu argumento interno; esta operação apenas junta dois elementos e (ii) o *internal merge* (IM), o qual implica movimento de um item de sua posição de base para uma posição SPEC derivada.

Duas são as fases fortes que permitem a valoração do traço de Caso estrutural dos DPs sujeito e objeto: a fase correspondente ao complexo C-TP e a fase que envolve o complexo v-VP. Chomsky (op.cit) define *fases* como os domínios nos quais os traços ininterpretáveis são valorados, de sorte que uma fase é entendida como sendo uma parte ativa durante a derivação sintática. Duas categorias funcionais são cruciais para identificarmos as fases fortes: o verbo leve v° , que encabeça a projeção v-VP, e o complementizador C° , que encabeça o nível C-TP. Desse modo, vP e CP são os lugares em que os Casos estruturais do DP sujeito e do DP objeto são valorados. Portanto, v° e

C^o encabeçam as duas fases fortes. Quando uma fase é construída, a anterior, mais encaixada, deve ir a Spell-Out, tornando seu complemento opaco para operações sintáticas subsequentes. CP é uma categoria funcional que possui dois traços, a saber: o traço de margem e os traços de Agree. O núcleo v^o, por sua vez, entra numa relação de concordância com o núcleo V^o e possui um traço de Caso a atribuir ao DP objeto. É esta propriedade do núcleo v^o que faz com que, em algumas línguas, o objeto se mova visivelmente para a posição de SPEC-VP, para receber o Caso acusativo / absolutivo. Além disso, postula-se que há uma assimetria entre o complexo C/TP e v/VP, visto que o núcleo T^o pode aparecer sem a projeção CP, mas o núcleo V^o requer sempre que o núcleo v^o esteja presente, nas construções transitivas, em sintaxe visível.

A análise será realizada a partir de dados sincrônicos do PB atual, mais especificamente do corpus encontrado no Projeto Norma Linguística Urbana Culta – RJ (NURC-RJ). A coleta das entrevistas se deu no modo Diálogo entre informante e documentador – DID e os entrevistados eram homens e mulheres acima de 25 anos, com curso superior completo ou incompleto. Adicionalmente, foram inseridos dados da fala espontânea e outros colhidos assistematicamente de autores que pesquisaram fenômenos afins anteriormente.

Este trabalho nasceu a partir da observação do número acentuado de ocorrências do pronome classificado pela Gramática Tradicional como pronome pessoal do caso oblíquo átono, com exceção do de 3^a pessoa (o,a,os,as), na primeira posição da sentença. Como será delineado abaixo, levantamos a hipótese de que tal pronome, a partir de uma operação de *internal merge* (IM), move-se de sua posição de base para a posição de Spec-TP, a fim de valorar o traço EPP presente em T^o.

No capítulo 2, veremos que, com o passar dos anos, o PB tem apresentado uma tendência ao preenchimento da posição de sujeito, o que o diferencia das línguas chamadas *pro-drop* ou línguas de sujeito nulo como o Português Europeu e o Italiano, por exemplo. Acontece que esse preenchimento nem sempre se dá através da inserção de um elemento que recebe Caso Nominativo. Como afirma David Adger (2003) que

“O islandês na realidade também nos dá ainda algumas evidências de que o EPP estaria desassociado da checagem do Caso Nominativo. Nessa língua, é possível haver sujeitos dativos. Esses NPs embora recebam Caso Dativo, aparecem na posição estrutural de sujeito.” (ADGER, 2003:216-217)³

A partir dessa afirmação, nossa hipótese é de que o mesmo ocorra no PB, uma vez que o clítico recebe normalmente Caso dativo ou acusativo. Além disso, como veremos em detalhes adiante, outros trabalhos sobre o PB têm sido elaborados defendendo o preenchimento da posição de sujeito, ou seja, Spec-TP, por elementos de categorias diversas como o trabalho de Buthers (2009) que defende a inserção do “lá” na posição de sujeito assim como ocorre no “there” do inglês.

³ Tradução aproximada de: “Icelandic actually also gives us some further evidence that the EPP property should be divorced from nominative case checking. In Icelandic, it is possible to have dative subjects. These are NPs bearing dative case, which, however, appear in the structural subject position.” (ADGER, 2003:216-217)

2. O SUJEITO NULO

Neste capítulo trataremos a respeito da tendência ao preenchimento da posição de sujeito no PB a partir do século XIX. Para tanto, caracterizaremos o parâmetro do sujeito nulo, ou parâmetro *pro-drop*, e retomaremos o trabalho de Duarte (1996) que demonstra a queda do sujeito nulo em peças teatrais dos séculos XIX e XX. Discutiremos também a respeito do traço EPP (do inglês *Extended Projection Principle*) e de sua checagem por elementos que não recebem Caso Nominativo, segundo a argumentação de Holmberg (2000) e Kato (1999).

2.1 O Parâmetro *pro-drop*

O parâmetro *pro-drop* é aquele segundo o qual uma língua pode ou não apresentar sujeito nulo em uma sentença. Se determinada língua possui esse parâmetro marcado positivamente, essa língua tem a possibilidade de não realizar foneticamente o sujeito. Exemplos desse tipo de língua são o Português Europeu (doravante, PE), o Italiano, entre outras (cf. Raposo, 1992; Duarte, 1996; Nicolau, 1995, etc.). Seguem abaixo algumas características de línguas *pro-drop* de acordo com Raposo que analisa o português europeu (1992 : 482,483):

(i) Poder apresentar sujeitos pessoais ou expletivos foneticamente nulos:

- (a) *pro* Comemos o bolo. (Sujeito nulo referencial)
- (b) *pro* Chove. (Sujeito nulo expletivo)

(ii) Inversão livre do sujeito:

- (a) *pro* Comeram o bolo as crianças!

(iii) Extração do sujeito à distância:

- (a) O homem que me viu que *pro* mandei entrar.

(iv) Ausência de efeitos que-vestigio (*that-trace effects*)

- (a) Quem disseste que *pro* comprou um computador?

2.2 A queda do sujeito nulo no PB.

A cada dia que passa, novos estudos demonstram como o Português do Brasil tem apresentado uma tendência ao preenchimento da posição de sujeito e como essa tendência está, tradicionalmente, relacionada ao enfraquecimento da flexão verbal, que é um dos principais critérios alegados para o estabelecimento do valor positivo para o parâmetro *pro-drop*. Diante disso, Duarte (1996), traça o percurso feito pelo parâmetro no PB, fazendo, para isso, um levantamento de toda trajetória da teoria desde seu estabelecimento por Chomsky (1981).

Duarte (1996) selecionou peças de teatro escritas entre 1845 e 1992 de autores considerados populares. Foi considerado apenas um autor por período, sendo que todos eram do Rio de Janeiro. A partir da análise dessas peças, a autora fez um levantamento da frequência do uso do sujeito nulo no PB.

Segundo Duarte (op.cit.), um dos parâmetros estabelecidos por Chomsky (1981) é o chamado parâmetro “pro-drop” que é o responsável pelo fato de as línguas apresentarem a possibilidade de realizar, ou não, o sujeito, foneticamente. Naquele momento, o fator eleito como o principal responsável por permitir a ocorrência do sujeito nulo foi o elemento de concordância (AGR) forte, que era capaz de se fazer recuperar o sujeito, embora este não estivesse explícito. A exclusividade desse critério para o estabelecimento do parâmetro, entretanto, foi abandonada com a publicação de Huang (1984), que demonstrava como o Chinês, língua sem flexões verbais, exibia o sujeito nulo.

No PB, Duarte (1996:109) alega que houve uma simplificação dos paradigmas flexionais conforme a tabela abaixo:

<i>Pessoa</i>	<i>Nº</i>	<i>Paradigma 1</i>	<i>Paradigma 2</i>	<i>Paradigma 3</i>
1ª	Sing	Cant-o	Cant-o	Cant-o
2ª direta	Sing	Canta-s	-----	-----
2ª indireta	Sing	Canta-Ø	Canta- Ø	Canta- Ø
3ª	Plural	Canta- Ø	Canta- Ø	Canta- Ø
1ª	Plural	Canta-mos	Canta-mos	Canta- Ø
2ª direta	Plural	Canta-is	-----	-----
2ª indireta	Plural	Canta-m	Canta-m	Canta-m
3ª	Plural	Canta-m	Canta-m	Canta-m

Tabela 2: Evolução nos paradigmas flexionais do Português brasileiro

Pode-se perceber que, de um paradigma mais complexo (paradigma 1), chega-se a um bem mais simplificado, com apenas três formas e com a ausência absoluta da segunda pessoa direta.

O gráfico abaixo, presente em Duarte (1996:112), demonstra como a ocorrência do sujeito nulo vem decrescendo com o passar dos anos.

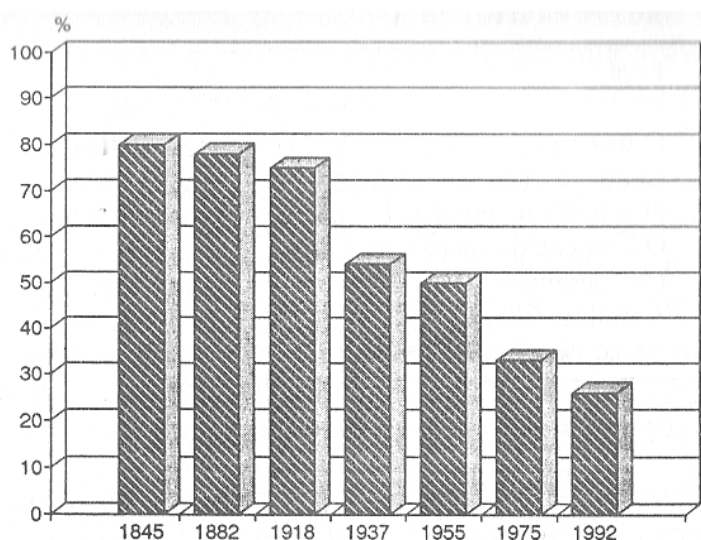


Gráfico 1: Ocorrência total de sujeitos nulos.

Os dados do gráfico acima revelam que entre 1845 e 1918, houve uma alta frequência de sujeitos nulos, com a prevalência do paradigma 1. A partir de 1937, o paradigma 2 é implementado e a ocorrência de sujeitos nulos cai bruscamente, até chegar à marca de pouco mais de 20% em 1992.

Considerando-se separadamente as pessoas do discurso, a autora verifica primeiramente como se dá a realização do sujeito na 2ª pessoa, de acordo com o gráfico abaixo.

Levando-se em consideração o baixo número de ocorrências de plural, fez-se necessário analisá-las juntamente com o singular.

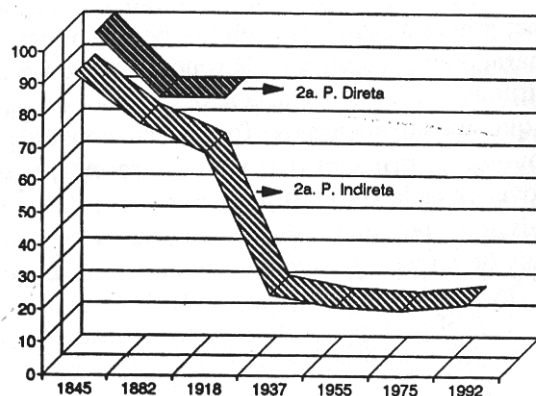


Gráfico 2: Ocorrência do sujeito nulo na 2ª pessoa direta e indireta.

Até 1918, como se pode ver, o gráfico demonstra a prevalência do paradigma 1 reproduzido na tabela 2, no qual estavam presentes tanto as formas de 2ª pessoa direta (tu e vós) quanto as de 2ª pessoa indireta (você e vocês). De 1918 para 1937, houve uma brusca queda de 69% de sujeitos nulos para 25% desse tipo de sujeito. Fato relevante é que nesse ínterim ocorreu o também o desaparecimento da 2ª pessoa direta, com sua morfologia distintiva, restando apenas a 2ª pessoa indireta que faz concordância com a 3ª pessoa.

O gráfico 3, a seguir, revela que a redução flexional que houve com a perda da 2ª pessoa direta, afetou, ainda que menos bruscamente, a 1ª pessoa.

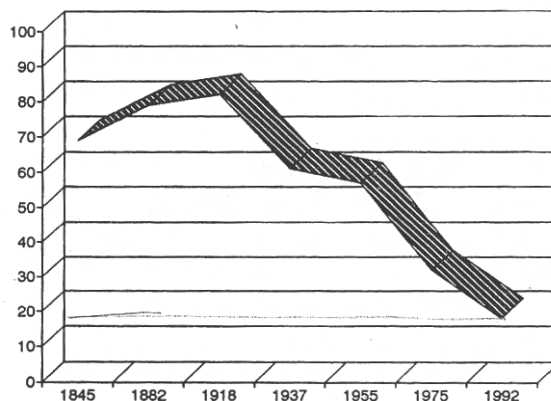


Gráfico 3: Ocorrência do sujeito nulo na 1ª pessoa.

O gráfico 3 acima mostra que, ainda que a perda do sujeito nulo tenha se iniciado 1918, é somente a partir de 1955 que o uso do sujeito pleno suplantará o sujeito nulo. O gráfico 4, a seguir, mostra a queda do sujeito nulo na 3ª pessoa e revela uma dado interessante.

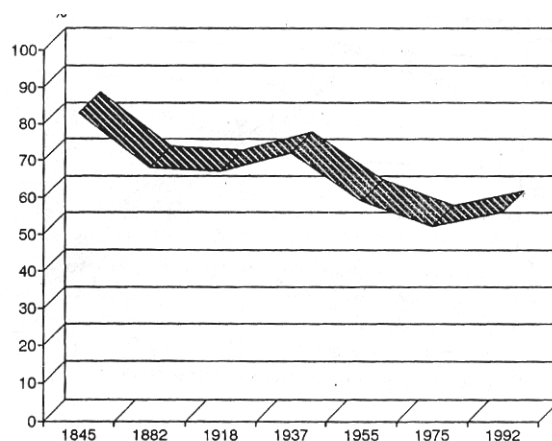


Gráfico 4: Ocorrência do sujeito nulo na 3ª pessoa.

Na 3ª pessoa, o sujeito nulo, embora tenha sofrido uma queda, continua a ser a opção preferida. O contrário do que acontece com a 1ª e 2ª pessoas. Esse fato é muito curioso, pois se a perda de flexão fosse realmente fator tão relevante ou o único fator determinante para o bloqueio do sujeito nulo, haveria aqui uma incoerência. Por que a 1ª pessoa, que mantém sua marca flexional distintiva inalterada, sofreu mais o preenchimento do sujeito do que a 3ª pessoa, que não possuindo marca flexional, goza do privilégio de continuar usando o sujeito nulo?

Para explicar essa aparente incoerência, Calabrese (1986) postula a existência de uma complementaridade entre o uso do pronome pleno e do pronome nulo de 3ª pessoa em italiano. Para ele, quando o referente é esperado, usa-se o pronome nulo; caso contrário o pronome pleno. E o que faz um referente ser fortemente esperado é o fato de ser ele o sujeito de uma predicação, que o autor prefere chamar de TEMA, usando uma terminologia tradicional.

Cyrino (2003) desenvolve hipótese semelhante à de Calabrese. Segundo essa autora, “o uso do pronome sujeito somente ocorrerá quando houver necessidade, em termos de interpretação” (CYRINO, 2003: 43). Deste modo, “para que a elipse seja possível, além da reconstrução formal do material elidido, é preciso recuperar o conteúdo desse material elidido, ou seja, identificar seu conteúdo através do seu antecedente” (CYRINO, 2003: 44) como pode ser observado nos exemplos abaixo:

- (3) Falei ontem com o seu tenente-coroné_i, e ele_i disse-me que *pro*_i havia de vir com sinhá Dona Perpétua e com sinhá moça Rosinha. (FRANÇA JR., 1882)

No exemplo acima, o pronome pleno “ele” tem um referente não esperado, isto é, o NP não é o TEMA da sentença, daí o uso obrigatório do pronome. Por outro lado, o referente de *pro* é o TEMA da oração matriz, logo retém o sujeito nulo.

Dessa forma, a 3ª pessoa reterá o sujeito nulo em contextos de elipses motivadas pela manutenção da interpretação a partir da recuperação do conteúdo através de um antecedente.

2.3 O Princípio de Projeção Estendido (EPP)

Segundo o Princípio de Projeção Estendido (EPP), todas as línguas naturais possuem sujeito em suas orações. Ele garante que a posição de Spec-TP esteja sempre presente na sentença. O elemento que preencherá essa posição será nulo ou com matriz fonética

de acordo com as propriedades paramétricas de cada língua, conforme se vê na figura abaixo.

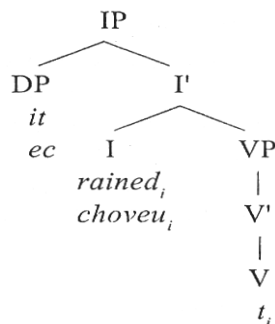


Figura 1: Representação de EPP.

O Princípio de Projeção Estendido (EPP, do inglês Extended Projection Principle), segundo Chomsky (1998), requer, assim, que a posição de Spec-TP seja preenchida por alguma categoria. Desse modo, a satisfação a EPP, segundo Holmberg (2000:13) pode ocorrer de várias maneiras como, por exemplo: a) pelo movimento de um DP temático; b) pela inserção de um XP expletivo, e, até mesmo, por pronomes clíticos.

T finito é (universalmente) ligado a um traço nominal ou a um conjunto de traços. Chomsky (1995) chama esse conjunto de traços de [D]... Por conseguinte, irá atrair uma categoria D-marcada para checagem de seu nomíno, isto é, por adjunção a T ou para Spec-TP. Categorias D-marcadas incluem DP, inclusive NPs definidos, pronomes e clíticos pronominais. (HOLMBERG, 2000:13)⁴

2.3.1 A checagem de EPP por outras categorias

Ao analisar o que ocorre em algumas línguas escandinavas como o islandês e o faroês, Holmberg (2000) postula a existência do fenômeno chamado Fronteamento Estilístico, do inglês “Stylistic Fronting”, doravante SF, que “é uma operação que move uma categoria - normalmente, mas não exclusivamente uma única palavra - para o que

⁴ Tradução aproximada de: Finite I is (universally) coupled with a nominal feature or set of features. In Chomsky 1995 this feature (set) is labelled [D]. [...] It will therefore attract a D-marked category to its checking domain, that is either to I, by adjunction, or to specIP. D-marked categories include DPs, including definite noun phrases, pronouns and pronominal clitics...

parece ser a posição de sujeito quando esta posição está vazia (...)”⁵. Conforme o autor, este movimento é motivado por algum requerimento da gramática e para analisar este fenômeno, apresenta duas teses centrais.

(i) a categoria XP movida por SF funciona como um puro expletivo em sua posição derivada, a qual é Spec-TP;

(ii) o que é movido por SF é apenas a matriz de traço fonológico de uma categoria.

Para Holmberg (op.cit), o elemento movido para Spec-TP funciona apenas como um expletivo, uma vez que este é dissociado de outros traços enquanto apenas a matriz fonológica do item é movido para Spec-TP. Vejam-se, em (4a.b.), os dados do islandês que exemplificam essa operação.

(4a)

*__ Hefur komið **fram** að hefur verið fiskað í leyfishleysi
 __ Tem sido (divulgado) **publicamente** que tem sido pesca ilegal

... á chílensku fiskivæði.
 ... na chilena zona de pesca.

(Divulgou-se que a pesca ilegal ocorreu na zona de pesca chilena.)

(4b)

Fram hefur komið __ að fiskað hefur verið...
Publicamente tem sido (divulgado) __ que pesca tem sido ...

(Divulgou-se que a pesca ocorreu...)

O exemplo (4a) apresenta uma sentença que possui uma lacuna na posição de sujeito, ou seja, a posição à esquerda do verbo finito. Essa sentença é agramatical no islandês, uma vez que há nessa língua uma exigência da gramática de que a posição de sujeito seja preenchida. O exemplo (4b), por sua vez, não apresenta nenhuma agramaticalidade, além disso, pode-se observar que ocorreu um movimento do advérbio *fram* para a esquerda do verbo finito.

⁵ Tradução aproximada de: “Stylistic Fronting is an operation which moves a category, often but not always a single word, to what looks like the subject position in finite clauses where that position is empty,

Segundo o autor, o núcleo T° possui dois traços ininterpretáveis, a saber, o traço [D] e o traço [P]. O primeiro é responsável por atrair categorias que podem ser DP's, sintagmas nominais definidos, pronomes e clíticos pronominais, além de morfemas de concordância dos verbos para seu domínio.

Assim como o islandês, Holmberg (op. cit.) analisa línguas como o inglês, que não permitem sentenças impessoais sem o preenchimento de um XP na posição de sujeito. Essa exigência se dá devido ao outro traço presente em T° que é o traço [P] do inglês (phonological) que deve ser checado por uma categoria visível fonologicamente, movida ou juntada (merged) em Spec-TP. Assim, em (4b), o movimento da partícula adverbial para essa posição se deu a fim de checar o traço [P] de T°. Para o autor, quando a sentença não apresenta sujeito, a língua move os traços fonológicos de um XP que esteja em uma posição mais próxima a Spec-TP. Ele afirma, ainda, que as categorias movidas por SF têm seus traços fonológicos dissociados dos traços semânticos, sendo movidos apenas os primeiros. Assim, o que figuraria na posição de Spec-TP seria um mero expletivo.

Buthers (2009), desenvolvendo a proposta de Holmberg (op.cit) para o PB, faz uma análise de verbos inacusativos, existenciais, atmosféricos e denotadores de passagem de tempo. Segundo ela, com verbos como esses, os quais não apresentam sujeitos lexicais, há a inserção ou movimentação de um elemento lexical de qualquer categoria (XP), inclusive pronomes clíticos, para a posição de sujeito, ou seja, para a posição de especificador de TP, conforme exemplos abaixo retirados de sua dissertação de mestrado.

- (5) a) *Lá* vai a seleção brasileira para o jogo contra a Bolívia. (FALA ESPONTÂNEA)
- b) Será que *aqui* cabe um Mundo? (BLOG, ACESSO EM 20/03/09)
- c) E também *aí* veio a perca da mãe dela pra cá... (CORPUS DE FALA DE ITAÚNA)

d) *Lá* vem eles com mentira. (FALA ESPONTÂNEA)

e) *Aí* vem ele. (FALA ESPONTÂNEA)

f) *Ali* falta quase tudo. (CORPUS DE FALA DE ITAÚNA)

A autora analisa os dados acima a partir das seguintes propostas:

O traço [D], conforme formulado em Chomsky (1995), equivale ao traço EPP. O EPP, pelas versões mais atualizadas da teoria gerativa, que se consolidaram a partir de Chomsky (1998), deve ser entendido como um traço de margem que requer que a posição de Spec-TP seja preenchida por alguma categoria. Desse modo, o preenchimento da posição de Spec-TP e a satisfação a EPP pode dar-se de maneiras variadas, a saber: pelo movimento de um DP temático; pela inserção de um XP expletivo; por pronomes clíticos; ou, ainda, por meio de afixos de concordância que se adjungem ao núcleo T° (BUTHERS, 2009:120).

Seguindo a análise de Holmberg (2000), Butthers (2009) afirma que o traço EPP estabelecido por Chomsky deve ser dividido em dois traços ininterpretáveis presentes em T°, a saber, o traço [uD] e o traço [uP]. O traço [uD] de EPP se relaciona com a concordância e pode ser checado inclusive pelos morfemas de concordância do verbo; já o traço [uP] se refere à necessidade da presença de um elemento fonológico (*phonological*, do inglês) em Spec-TP, conforme afirma a autora ao citar Holmberg (2000) conforme abaixo:

“Holmberg (op.cit) também investiga o inglês e o islandês, línguas que, segundo ele, não permitem sentenças impessoais sem o preenchimento de um XP na posição de sujeito. O autor explica que, nesses casos, o traço envolvido é outro. Isto é, I hospeda um traço [P] (de “phonological”), ininterpretável, que deve ser checado por uma categoria visível fonologicamente, movida ou juntada (merged) em Spec-IP” (BUTHERS, 2009:115).

Durante muito tempo, pensou-se que línguas que não possuíam traço [μ D] forte em T°, ou seja, aquelas que não possuíam concordância forte, obrigatoriamente apresentariam a posição de sujeito preenchida. Contudo dados de línguas como o islandês, por exemplo, desmentem essa relação, uma vez que além de possuírem concordância forte, exigem também que a posição de sujeito seja preenchida foneticamente; ou o chinês que, não possuindo marcas de concordância, admite o sujeito nulo.

A tabela abaixo foi retirada de Butters (2009:122) e apresenta os tipos de línguas possíveis a partir da decomposição de EPP nos traços [D] e [P].

<i>Tipo de Língua</i>	<i>Concordância³¹</i>	<i>Posição do sujeito</i>	<i>Natureza da força dos traços [D] e [P]</i>	
1	+Agr	Vazia	μ D [forte]	μ P [fraco]
2	+Agr	Preenchida	μ D [forte]	μ P [forte]
3	-Agr	Vazia	μ D [fraco]	μ P [fraco]
4	-Agr	preenchida	μ D [fraco]	μ P [forte]

Tabela 3: Natureza dos traços D e P nas línguas de sujeito nulo e de sujeito obrigatório.

Segundo a tabela 3, acima, há línguas do tipo 1, que possuem Concordância, ou [D], forte e sujeito nulo. São exemplos desse tipo de língua o PE e o italiano, línguas tipicamente ‘pro-drop’; línguas do tipo 2, que possuem concordância forte e posição de sujeito obrigatoriamente preenchida, como é o caso do islandês; outras, como as do tipo 3, com concordância fraca e possibilidade de manifestarem sujeito nulo, sendo o chinês um caso desse tipo; e por fim, aquelas línguas do tipo 4, que apresentam concordância fraca e posição de sujeito obrigatoriamente preenchida, a exemplo do inglês. Tradicionalmente, considera-se que, quando a sentença apresenta sujeito nulo, esta posição é preenchida por uma categoria vazia *pro*.

2.3.2 A checagem de EPP por *Agr* e por Clíticos

Kato (1999) faz um levantamento daquilo que a teoria do parâmetro pro-drop aponta como licenciadores de *pro* nas sentenças. Segundo a autora, as análises feitas por Adams (1987) e Duarte (1993), para o Francês antigo e para o PB moderno, respectivamente, colaboram com a tese de *Agr* rico como identificador de *pro*, ou seja, uma concordância forte seria o principal elemento licenciador do sujeito nulo.

Estudos posteriores como o de Sigurðsson (1994) sobre o Islandês antigo, porém, mudaram essa visão, uma vez que essa língua, embora tenha permanecido com seu sistema flexional praticamente inalterado, perdeu sua capacidade de licenciar *pro*, como se pode ver na tabela abaixo.

		Islandês antigo			Islandês moderno		
S	1st	<i>Leita</i>	<i>segi</i>	<i>é</i>	<i>leita</i>	<i>segi</i>	<i>sé</i>
S	2nd	<i>Leitar</i>	<i>segir</i>	<i>sér</i>	<i>leitar</i>	<i>segir</i>	<i>sér</i>
S	3rd	<i>Leitar</i>	<i>segir</i>	<i>sér</i>	<i>leitar</i>	<i>segir</i>	<i>sér</i>
P	1st	<i>Leitum</i>	<i>segjum</i>	<i>sjáum</i>	<i>leitum</i>	<i>segjum</i>	<i>sjáum</i>
P	2nd	<i>Leitit</i>	<i>segit</i>	<i>sjáit</i>	<i>leitið</i>	<i>segið</i>	<i>sjáið</i>
P	3rd	<i>Leita</i>	<i>segja</i>	<i>sjá</i>	<i>leita</i>	<i>segjá</i>	<i>sjá</i>

Tabela 4: Paradigma verbal Islandês antigo X Islandês moderno

Após analisar o licenciamento de *pro* do ponto de vista da concordância, Kato (op. cit) propõe uma abordagem do ponto de vista da estrutura da sentença. Para isso, faz menção ao trabalho de Soriano (1989) que alega que, em línguas pro-drop, o pronome forte realizado está em uma posição não argumental (A-barra), criando uma estrutura de redobro com o sujeito nulo considerado como um pronome fraco. “*Para ela (Soriano), em línguas não pro-drop, como o Inglês, o pronome nominativo aparece na posição de um pronome fraco, enquanto que nas línguas pro-drop, essa posição é ocupada por pro (ficando o pronome forte em uma posição mais alta).*” (Kato, 1999). Como nos exemplos de Barbosa (1997) em (6) retirados de Kato (1999:21) do PE.

- (6) $[\Sigma P \text{ EU}_i [\text{TP } \text{pro}_i [\text{vou.}$
 $[\Sigma P \text{ O JO\~{A}O}_i [\text{TP } \text{pro}_i [\text{vai.}$

Com base nesse fato, e em consonância com nossa argumentação com relação à posição do clítico na sentença, alegamos que construções de dialetos do PB em que há aparentemente o redobro do pronome, o pronome pleno ocupará uma posição mais alta que Spec-TP e que um clíticos será inserido no lugar de *pro*, como nos exemplos abaixo.

- (7) $[\Sigma P \text{ EU}_i [\text{TP } \text{me}_i [\text{vou.}$
 $[\Sigma P \text{ ELE}_i [\text{TP } \text{se}_i [\text{foi.}$

Kato (op.cit.) cita ainda o trabalho de Cardinaletti e Starke (1994) que faz uma distinção entre pronomes fortes, pronomes fracos e clíticos. Para esses autores, o domínio dos pronomes fortes é CP, dos pronomes fracos é ΣP , enquanto que dos clíticos é IP.

Em conformidade com Everett (1993), a autora afirma ainda que pronomes fracos, contudo, sofrem três divisões: a) pronomes livres; b) clíticos e c) afixos pronominais de concordância. Sendo que todos, inclusive os afixos pronominais de concordância, entram como itens independentes na derivação da sentença. Para Kato (op. cit.), em Línguas de Sujeito Nulo (LSN), o afixo de concordância é uma categoria D como clíticos e pronomes livres.

Para a autora, Agr, assim como os clíticos, pode fazer o papel de argumento externo da sentença, como nos exemplos abaixo do Fiorentino e do Espanhol:

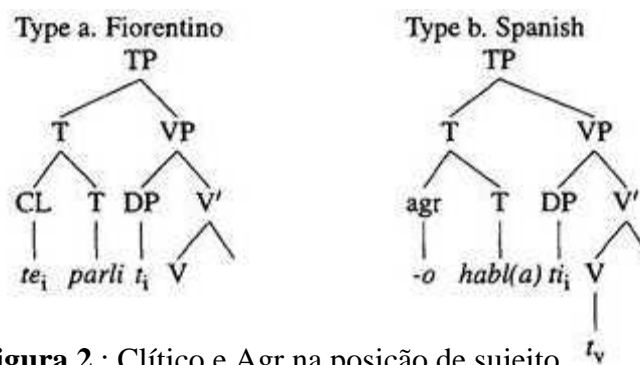


Figura 2 : Clítico e Agr na posição de sujeito.

Com base nos exemplos da figura acima, a autora afirma ainda que:

“A cadeia de Agr e a cadeia de clítico, com seus núcleos em INFL e suas caldas em SPEC-VP, são interpretadas em LF como o sujeito da sentença. Agr pode, assim, ser considerado em LF como o núcleo do argumento externo do verbo. O mesmo acontece com o clítico. .”
(KATO, 1999:20)⁶

Para ela, tanto Agr quanto o clítico são contados como um item na derivação e, por se tratar uma categoria D, podem fazer o papel de argumento externo da sentença. Nossa argumentação é que a diferença entre as línguas citadas pela autora e o PB é que, nesta língua, os clíticos não serão afixados em T°, mas subirão para uma posição mais alta, como será discutido no capítulo 8.

Este capítulo reforça a nossa hipótese de que o clítico em PB se move para uma posição pré-verbal com o intuito de preencher a posição de sujeito da sentença. Uma vez que, como foi possível ver, o PB com o passar dos anos demonstrou um aumento compulsório do preenchimento da posição de sujeito.

Além disso, a afirmação de Kato (op.cit) corrobora com nossa hipótese de que o clítico checa EPP, na medida em que postula que o clítico é contado como um item na derivação, e não apenas um afixo verbal, o que, portanto, o habilita a se mover para uma posição diferente deste, inclusive para a posição de sujeito, como ocorre no Fiorentino, conforme figura acima.

Outra afirmação importante é a que diz que em línguas consideradas *pro-drop*, o pronome forte, ou seja, o pronome pleno, quando realizado, é alocado em uma posição mais alta que TP, e que Spec-TP, que era uma posição reservada para *pro*, é a posição na qual o clítico se fixará.

⁶ Tradução aproximada de: “The Agr chain and the Clitic chain, with their heads in INFL and tails in SPEC of VP, are interpreted at LF as the subject of the clause. Agr can thus be reconstructed at LF as the head of the external argument of the verb. The same holds for clitic subjects.” (KATO, 1999:20)

Este capítulo apresentou uma análise de como o sujeito nulo foi, com o passar dos anos, sendo dissociado do elemento Agr. Isso foi possível a partir da publicação de trabalhos que demonstravam que línguas sem flexão poderiam licenciar o sujeito nulo, enquanto outras que possuíam Agr “rico” exigiam o preenchimento da posição de sujeito por um elemento foneticamente realizado. A partir disso defendemos que o aumento do preenchimento da posição de sujeito no PB não está relacionado, pelo menos não exclusivamente, à perda de flexões verbais, seja pelo desuso da 2ª pessoa direta, seja pelo uso de outras expressões que substituíram os pronomes, como é o caso de “a gente”. Uma vez que esta posição vem sendo preenchida pelos mais diversos tipos de XP’s e não apenas pelos pronomes nominativos como era de se esperar se o que estivesse envolvido fosse apenas a ausência de flexão que possibilitava a identificação da pessoa do discurso.

3. O PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO DE SUJEITO NOS CASOS DE INDETERMINAÇÃO

Neste capítulo, serão abordadas as visões de diversos autores de gramáticas tradicionais com relação à indeterminação do sujeito no Português do Brasil, com o objetivo de estabelecer quais são as características estruturais e semânticas desse fenômeno nessa língua. Primeiramente, trataremos dos aspectos estruturais, ou seja, como esse fenômeno é manifesto na estrutura da sentença; quais são os elementos sintáticos envolvidos na realização desse tipo de sujeito. Em um segundo momento, discutiremos as implicações semânticas envolvidas nesse processo. Finalmente, analisaremos a visão da gramática gerativa a respeito desse mesmo fenômeno. Discutindo quais são as estruturas sintáticas que produzem a interpretação do sujeito indeterminado. O levantamento dessas características tem o objetivo de caracterizar parcialmente nosso objeto de análise, uma vez que, como estamos tratando de sujeitos impessoais, a indeterminação do sujeito é relevante, pois carrega semanticamente a impessoalidade daquele que executa a ação expressa pelo verbo.

A razão para a abordagem da indeterminação do sujeito em PB é o fato de, em estruturas assim, como pode ser verificado no exemplo (1a) reproduzido abaixo, o pronome pleno não ser realizado, gerando uma sentença iniciada por um clítico, estrutura esta condenada pela Gramática Tradicional. Porém, levando em consideração que no PB esse tipo de estrutura está presente inclusive em elocuições formais, argumentamos que, na verdade, o clítico está nessa posição por uma exigência da gramática do PB que exige que haja um elemento foneticamente realizado à esquerda do verbo, ou seja, ocupando a posição de sujeito.

(1) a. Me disseram que você é encrenqueiro.

No exemplo acima, o pronome “me” ocupa a primeira posição da sentença, contrariando dados do PE no qual nessa sentença o verbo ocuparia a primeira posição da sentença.

3.1 O sujeito indeterminado segundo a Gramática Tradicional (GT)

3.1.1 Caracterização estrutural da indeterminação do sujeito

O português brasileiro apresenta tradicionalmente três tipos de estrutura para caracterizar o sujeito indeterminado. Em primeiro lugar, o verbo na 3ª pessoa do plural, que é aquela que mais nos interessará nesse trabalho; em segundo lugar, verbos intransitivos e transitivos indiretos na 3ª pessoa do singular acrescido da partícula *se* e por último, o emprego do verbo infinitivo impessoal (Rocha, 1962; Almeida, 1965; Ali, 1966; Bechara, 1978; Melo, 1978; Lima, 1980; Cegala, 1984; Luft, 1981; Cunha & Cintra, 1985). Para cada um desses recursos vejamos exemplos abaixo:

- (8)
- a. Encontraram a menina que estava desaparecida.
 - b. Morre-se de doenças simples todos os anos.
 - c. Precisa-se de funcionários com experiência.
 - d. É necessário manter a calma.

Em (8a), a caracterização da indeterminação do sujeito se dá através do uso do verbo na 3ª pessoa do plural. Nesse caso o sujeito não está expresso na sentença e nem pode ser identificado pelo contexto. Nessas construções, são usados verbos transitivos com ou sem auxiliar.

- (9)
- a. Disseram coisas horríveis de você. (verbo principal)
 - b. Estão falando mal de você. (verbo auxiliar)

Em (8d), a indeterminação do sujeito está sendo feita através do uso do verbo no infinitivo impessoal, em que não há referência a nenhum sujeito específico. Já em (8b-c) o sujeito indeterminado é indicado através da presença do pronome *se* afixado ao verbo na 3ª pessoa do singular. Em (8b) com o verbo intransitivo *morrer* e em (8c) com o verbo transitivo indireto *precisar*. Em construções desse tipo, entretanto, “o se não é propriamente o sujeito, mas índice de indeterminação do sujeito.” (Brandão, 1963).

Para Bechara (1978), “como o *se* indetermina o sujeito de verbos intransitivos, pode, por extensão, indeterminar o sujeito de qualquer verbo, transitivo (...) ou de ligação.” Vejam-se os exemplos.

- (10) a. Aluga-se casas.
b. Está-se muito contente aqui.

Segundo o autor, com verbos de ligação e transitivos diretos, desde que não haja concordância entre este verbo e seu complemento, é possível afirmar que há indeterminação do sujeito com a presença do pronome *se*.

Nunes (1990,1991) analisa a frequência da concordância dos verbos em estruturas com *se* e conclui que a diminuição da concordância do verbo com o elemento posterior, o que caracterizaria um caso de passiva sintética, é um sinal claro de que o *se* tende a ser interpretado como indeterminador do sujeito e não mais como apassivador.

3.1.2 Caracterização semântica da indeterminação do sujeito

Segundo gramáticos tradicionais considera-se sujeito indeterminado “o que indica um ente humano que não podemos ou não queremos identificar” (Ali, 1966:126) ou o que “não se nomeia ou por não se querer ou não se saber fazê-lo” (Bechara, 1978), ou “por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu reconhecimento” (Cunha & Cintra, 1985), ou quando “não se pode, ou não se quer, ou não se interessa precisar o ser agente” (Kury, 1968), ou ainda quando é “de difícil identificação” (Almeida, 1965). Dessa maneira, conforme Melo (1978:122) “o que torna indeterminado o sujeito é a intenção ou a situação do falante, que não sabe ou não quer individuar, precisar, apontar o agente”, que será sempre um ente humano.

Embora não sejam todos os gramáticos tradicionais aqueles que admitem como sujeitos indeterminados estes que serão citados; para Ali (op. cit.) e Melo (op. cit.), sujeitos

representados materialmente por palavras e expressões de sentido vago, indefinido são considerados recursos de indeterminação do sujeito, como nos exemplos abaixo.

- (11) a. **Alguém** está batendo. (Ali, p. 126)
 b. Passando num meio-dia quente, ao trote penoso do cavalo, **a gente** para ali, olha a sombra e o verde como se fosse para um cantinho do céu... (Melo, p. 122).

Quando se considera a língua falada, há ainda outros elementos que figuram na posição de sujeito funcionando como indeterminador. Como se pode ver na tabela abaixo retirada de Alves (1998:51):

Formas indeterminadoras		Frequência	%
1. <u>se</u> impessoal	Com infinitivo	04	1.4
	Com forma finita	11	3.8
2. cv	Com verbo na 3ª pessoa plural	02	0.7
	Com infinitivo	17	5.9
3. você/ocê/cê		131	45.6
4. a gente		73	25.4
5. as pessoas		19	6.6
6. a pessoa		11	3.9
7. cv ⁷		07	2.5
8. o pessoal		07	2.5
9. eles		02	0.7
10. nós		02	0.7
11. ele		01	0.3
Totais		287	100

Tabela 5: Tipos de preenchimento de sujeito indeterminado.

Segundo Alves (op.cit), os dois primeiros tipos de ocorrências presentes na tabela acima são estruturas admitidas pelos gramáticos tradicionais para se expressar a indeterminação do sujeito em PB. Já as ocorrências 3 a 11 mostram a frequência de

⁷ Refere-se ao uso do verbo na 3ª pessoa do singular sem a presença do sujeito ou da partícula se para expressar a indeterminação. Ex.: Quando___chega lá___tem que se identificar.

recursos de indeterminação não reconhecidos pela GT, a que chamamos de “novas formas de indeterminação. Em (12) estão exemplos dos dados levantados pelo autor.

- (12) a. Na primeira aula, cé fica meio assim, meio bambinha, mas depois é ótimo.
b. A gente não sabe mais o que fazer.

Conforme a tabela acima, pode-se perceber que, em estruturas de sujeito indeterminado, de (287) ocorrências, (131) preenchimentos da posição de sujeito se deram com os itens *você/ocê/cê*, e (73) com a expressão *a gente*, ou seja, mais de 71% das ocorrências de sujeito indeterminado tiveram a posição de sujeito preenchida por esses elementos. Os dados acima apontam, portanto, para uma tendência ao preenchimento da posição de sujeito em casos de indeterminação, conforme nossa hipótese, que alega que o clítico “me” ocupa a primeira posição da sentença por uma exigência do PB de preenchimento da posição de sujeito.

3.2 O sujeito indeterminado e a Gramática Gerativa

Levando em consideração a teoria conhecida como Teoria da Regência e Vinculação (Chomsky, 1981), vários pesquisadores desenvolveram análises para o fenômeno da indeterminação do sujeito para suas respectivas línguas. As três principais ocorrências de sujeito indeterminado descritas pela GT, a saber, o uso de 3ª pessoa do plural, o emprego do infinitivo impessoal e o uso do verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *se*, foram analisadas pelos gerativistas, que procuraram, além de descrevê-las formalmente, extrair dessas construções implicações para a teoria da Gramática Universal. Segundo a visão gerativista, esses três tipos de construção apresentam algo em comum, que é o fato de a posição de sujeito da oração ser preenchida por uma categoria vazia (cv). Categoria vazia deve ser entendida como especificada por matrizes de traços sintáticos e semânticos, mas não por uma matriz fonética. (cf. Chomsky (1981)). Segue abaixo a análise gerativista para cada uma dessas três ocorrências de indeterminação do sujeito em Português.

3.2.1 O uso da 3ª pessoa do singular com a partícula se.

Esse tipo de construção foi analisada por Raposo (1992) para o Português Europeu, doravante PE, e por Nascimento (1984) e Nunes (1990) para o PB. Considere-se o seguinte exemplo:

(13) Vive-se bem por aqui.

Para Nascimento (op.cit.) e Nunes (op.cit.), em construções como a presente em (10), a posição de sujeito, ou seja, a posição de Spec-IP, é ocupada por pro, que é uma categoria vazia caracterizada pelos traços [+ pronominal, - anafórico] (cf. Chomsky, 1982). A partícula se, por sua vez, é gerada no núcleo de I° (cf. Cinque, 1988), formando uma cadeia com a categoria vazia pro, cadeia esta que recebe o papel temático de agente, interpretado como indeterminado.

3.2.2 Uso da 3ª pessoa do plural

Como se pôde ver na seção 2.1.1 em que se discutiu a caracterização estrutural da indeterminação do sujeito, um dos recursos utilizados no PB para essa finalidade é exemplificado na oração abaixo:

(14) Falaram mal de você.

Nesse caso, também se considera que a posição de sujeito, ou seja, Spec-TP (Spec-IP) seja ocupada pela categoria vazia, pro (cf. Duarte, 1995). Essa categoria vazia funciona como argumento externo do predicado e é interpretada como sujeito indeterminado.

3.2.3 Construções com infinitivo impessoal

Vejam-se os seguintes exemplos:

- (15) a. Caminhar faz bem à saúde.
b. É impossível ganhar na megasena.

A posição de sujeito em orações infinitivas como as presentes em (15) é preenchida pela categoria vazia PRO, que é uma categoria pronominal anafórica ([+ pronominal, + anafórica]e) (Chomsky, 1981). Essa categoria normalmente é chamada de PRO arbitrário, funcionando como argumento externo do predicado e, por ser arbitrário, designa a interpretação indeterminada.

O principal aspecto da contribuição gerativista a ser considerado então é o fato de as construções descritas pela Gramática Gerativa apresentarem sempre uma categoria vazia na posição de sujeito.

Este capítulo abordou as várias estratégias que o PB apresenta para a indeterminação do sujeito. Uma delas, que é a que mais nos interessa, é o uso da 3ª pessoa do plural e a não realização do pronome pleno, pois esse tipo de estrutura da sentença possibilitou a ocorrência do fenômeno analisado nessa dissertação que é a presença de um clítico em posição inicial, fenômeno que não ocorre em PE e que é altamente estigmatizado pela GT. Mas como lidar com a análise gerativista clássica que propõe a categoria vazia na posição de sujeito dos casos de sujeito indeterminado? O que ocorre aqui é que Nascimento (1984) e Nunes (1990) lidam com um registro de língua previsto na GT, em que não há preenchimento da posição de sujeito, enquanto Alves (1998) mostra que, na realidade, na modalidade oral ou mais inovadora do PB é exatamente o preenchimento que é preferencial. Em sua pesquisa, este autor demonstra uma tendência ao preenchimento da posição de sujeito por elementos que funcionam como indeterminador. Para nós, a presença do clítico em posição inicial dessas sentenças tem a função de atender a uma exigência do PB de preenchimento da posição de sujeito, ou posição à esquerda do verbo, sem, contudo, inserir ali um item com informação temática, o que possivelmente comprometeria a interpretação indeterminada do sujeito.

4. O VERBO *PARECER* INACUSATIVO

Este capítulo apresenta o verbo *parecer* inacusativo, ou seja, um verbo monoargumental incapaz de atribuir Caso Acusativo, uma vez que c-seleciona um CP como complemento, conforme o exemplo (1b), reproduzido abaixo.

(1) b. [_{TP} Me parece [_{CP} que as coisas não estão muito boas para você.]]

O verbo *parecer* foi escolhido, pois, como não seleciona um argumento externo⁸, deveria aparecer na primeira posição da sentença. O que se vê, entretanto, é uma crescente tendência ao movimento do clítico “me” para a sua esquerda, ratificando nossa hipótese de que o clítico é movido para a esquerda do verbo com a finalidade de checar o traço EPP, fazendo assim o papel de sujeito estrutural da sentença, como se verá no levantamento apresentado no capítulo (8).

Os verbos podem ser analisados de acordo com o número de argumentos que possuem. Há, por exemplo, os verbos monoargumentais, que são aqueles que apresentam um único argumento, seja ele AI (Argumento Interno) ou AE (Argumento Externo).

Verbos inacusativos são aqueles que c-selecionam apenas um argumento com papel temático de “afetado”. Dessa maneira, os verbos inacusativos não projetam a estrutura vP, uma vez que não selecionam um argumento com o papel temático de “agente”. Por não atribuírem caso acusativo ao seu único argumento é que são chamados de inacusativos. Além do mais, seu argumento pode figurar em sua posição de base, ou seja, à direita do verbo.

Observem-se primeiramente verbos que não possuem AE.

⁸ Para a GT o verbo *parecer* é intransitivo e tem como sujeito uma oração subordinada subjetiva que aparece invertida. Porém segundo uma visão comparativista da Gramática Gerativa o verbo *parecer*, assim como *to seem*, do inglês, seleciona uma oração objetiva direta.

- (16) a. Convém que você aprenda inglês.
 b. Parece que você aprendeu inglês.

Veja que os verbos em destaque nas sentenças acima não possuem um argumento à sua esquerda e que o argumento sentencial que apresentam só pode aparecer à sua direita. Logo o CP [que você aprenda / aprendeu inglês] deve ser o AI.

Observe que o verbo *parecer* pode estar presente também em estruturas nas quais há um sujeito à sua esquerda.

- (17) a. João parece doente.
 b. O cachorro parece manso.
 c. A carta parece ter chocado Maria.

Dizer que agora o sujeito é seu AE parece incoerente, uma vez que, a menos que se trate de uma ambiguidade, a estrutura argumental de um verbo deverá se manter. Uma maneira de se demonstrar isso é considerar que os sujeitos nessas sentenças não são argumentos do verbo, uma vez que são dos mais variados tipos semânticos: humano (17a), não-humano (17b) e inanimado (17c). Dessa maneira, se esses argumentos não são argumentos do verbo *parecer*, de qual elemento seriam então? Em (17a), *João* é argumento do adjetivo *doente*; em (17b), *O cachorro* é argumento do adjetivo *manso* e em (17c), *A carta* é um argumento do verbo *chocar*.

Assim, se o verbo *parecer* não possui AE, sua representação arbórea seria algo como representado abaixo:

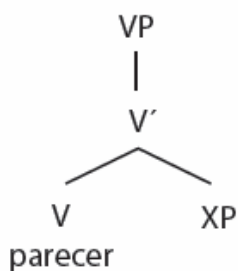


Figura 3: Representação arbórea do verbo “parecer” inacusativo.

O que resta a partir de então é estabelecer qual é o tipo de AI selecionado pelo verbo *parecer*.

4.1 Verbos inacusativos com CP como AI.

Observe as sentenças abaixo:

- (18) a. Parece que Maria telefonou.
 b. Consta que o preso agrediu o carcereiro.
 c. Convém que Maria converse com João.

Em (18c), o AI do verbo *convir* é o CP [que Maria converse com João.]; em (18b), o AI do verbo *constar* é o CP [que o preso agrediu o carcereiro] e em (18a), o AI do verbo *parecer* é o CP [que Maria telefonou] e sua representação arbórea é a seguinte:

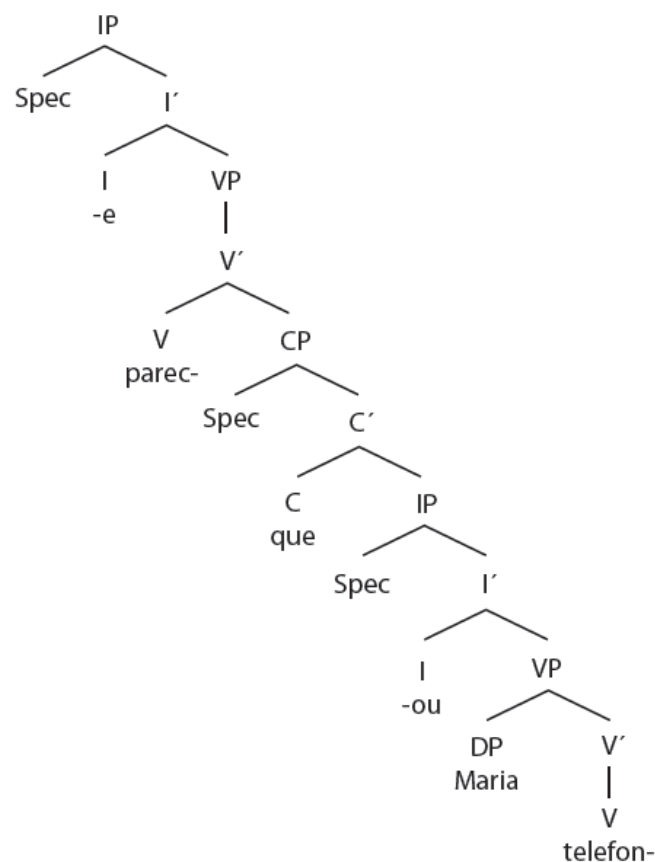


Figura 4: AI do verbo *parecer* inacusativo.

Segundo Butthers (2009), quando o único argumento do verbo inacusativo não se move e quando há outro elemento na sentença, principalmente de natureza adverbial, esse elemento deve se mover para a posição de Spec-TP a fim de valorar o traço EPP presente em T.

Com relação ao preenchimento à esquerda de verbos no PB atual, uma possibilidade existe de que essa posição equivalha à posição de Spec-TP. Assim sendo, na ausência de sujeito nessa posição sintática, a presença de um XP à esquerda do verbo faz-se necessária para satisfazer ao EPP. A intuição é que a emergência da ordem [XP V (DP)], muito recorrente nas construções inacusativas, parece evidenciar uma importante distinção gramatical entre o PB contemporâneo e o PB não-contemporâneo, já que a posição à esquerda, no PB não-contemporâneo, é ocupada por elemento pronominal sem conteúdo fonético. (BUTHERS, 2009:69)

Este capítulo abordou o verbo *parecer* inacusativo. Este verbo tem sempre como complemento um CP e não possui argumento externo. Diferentemente de outros verbos com as mesmas características como *constar* ou *convir*, o verbo *parecer* apresenta na maioria das vezes (69%)⁹, o clítico *me* em posição inicial, como será detalhado no capítulo (8). Esse número elevado de ocorrências corrobora nossa hipótese de que há a necessidade crescente da presença de um elemento à esquerda do verbo e que esse elemento pode ser um clítico e não necessariamente um constituinte interpretado como sujeito. Assim como no caso da indeterminação do sujeito, tradicionalmente o verbo *parecer* apresenta uma estrutura com sujeito não realizado foneticamente, admitindo, porém, a colocação de um clítico à sua esquerda, o que nos levou a analisá-los sob a mesma perspectiva teórica.

⁹ Conforme levantamento feito no Projeto da Norma Lingüística Urbana Culta – NURC-RJ

5. O MODO IMPERATIVO

O presente capítulo tratará do verbo imperativo, que, assim como os verbos com sujeito indeterminado e o verbo *parecer*, aparentemente exige que a posição à esquerda do verbo seja preenchida. O imperativo, justamente por seu contexto ilocucionário, não possui sujeito explícito, pois trata-se de interação entre locutor e alocutário, que é a segunda pessoa do discurso. O que se vê, entretanto, é que muitos verbos imperativos são precedidos pelo clítico “me”, inclusive contrariando a tradição gramatical, que não admite que se inicie uma sentença com tal pronome. Segue abaixo a reprodução do exemplo (1c) que ilustra esse fenômeno.

(1) c. Me empresta o livro que você leu?

Segundo a tradição gramatical, enunciados sintáticos diretivos sem sujeito superficial (Olha pra mim!; Abre a porta!; Faz o doce!), apresentam *formas próprias* do imperativo. As formas imperativas próprias são denominadas por autores de orientação gerativa (Rivero, 1994) de *imperativo verdadeiro* (em português: olha, abre, faz), ao lado de *imperativo supletivo* (em português: olhe, abra, faça).

Rivero (1994) e Rivero & Terzi (1995) dividem as línguas, quanto à manifestação do imperativo, em dois grupos: as que apresentam uma forma verbal própria à expressão desse modo, denominado “imperativo verdadeiro”, como o espanhol castelhano; e outras que não apresentam uma forma específica para a expressão do imperativo, denominado “imperativo não-verdadeiro”, como o francês. No segundo caso, para a expressão do modo imperativo, as línguas utilizam-se de formas verbais supletivas, isto é, formas associadas ao indicativo e/ou ao subjuntivo e, também, formas infinitivas ou gerundivas.

Ainda segundo os autores acima, as línguas do primeiro grupo, ou seja, aquelas cujos verbos apresentam uma morfologia própria ao imperativo dividem-se em duas subclasses, quando analisado seu comportamento sintático. Em uma subclasse de

línguas, o verbo no modo imperativo apresenta distribuição particular, diferente da distribuição dos verbos no modo indicativo e/ou no modo subjuntivo. Em outra, a distribuição do modo imperativo é idêntica à distribuição de verbos de outros modos, isto é, verbos no imperativo aparecem nos mesmos contextos sintáticos que os verbos de outros modos. Como se pode ver nos exemplos abaixo:

Classe I: línguas que apresentam um paradigma imperativo próprio, bem como uma sintaxe imperativa própria (espanhol castelhano e grego moderno, por exemplo);

Classe II: línguas que apresentam um paradigma imperativo próprio, mas não apresentam uma sintaxe própria ao imperativo (servo-croata, búlgaro e grego antigo, por exemplo).

5.1 O Imperativo no Português

Ao descreverem o imperativo no português, Cunha & Cintra (1985) e Mateus et alli (2003) fornecem características para que o português europeu padrão seja considerado uma língua da classe I, a saber:

a) morfologia distinta no modo imperativo

Imperativo:	Diz tudo	(2ª pessoa do singular)
Indicativo:	Dizes tudo	(2ª pessoa do singular)

b) Ocorrência exclusiva em sentenças afirmativas, ou seja, impossibilidade gramatical de negar o imperativo verdadeiro:

Imperativo em construções afirmativas: **Diz** tudo o que sabes sobre o assunto!

Imperativo em construções negativas: *Não **canta!** (forma supletiva: Não **cantes!**)

Quanto à ordem do clítico em relação ao verbo, aquele sempre aparece em segunda posição (**Deixa-me** descansar!), embora esta não seja uma sintaxe específica do modo

imperativo. No português europeu, o clítico não pode ocupar a posição inicial absoluta, independentemente de estar ou não em uma estrutura imperativa (cf.: Cunha & Cintra 1985; Mateus et alii 2003).

O português brasileiro padrão, por sua vez, levando em consideração a morfologia e a negação, conduz-nos à classificação de uma língua parcialmente de imperativo verdadeiro, também da classe I, pois exhibe sistematicamente forma imperativa distinta do modo indicativo (Tu **dizes**) para o imperativo afirmativo (**Diz!**); não nega o imperativo verdadeiro, valendo-se do subjuntivo como forma supletiva (Não **digas!**). (SHERRE et al, 2007)

Considerando-se a posição do clítico, ainda na visão da tradição, o português brasileiro se diferencia das línguas de classe I: não apresenta sintaxe específica quanto à posição dos clíticos com relação ao verbo. Neste aspecto, nos termos de Cunha & Cintra (1985: 307-308), o português brasileiro espontâneo falado ou escrito difere do português europeu, porque permite clíticos em posição inicial absoluta, em orações imperativas (**Me desculpe** se falei demais) e não-imperativas (**Me arrepio** todo) Carvalho (1989: 432-433).

5.2 O papel do clítico

Enquanto línguas da classe I exibem sintaxe de clíticos específica para as orações imperativas, o português brasileiro apresenta sintaxe de clíticos uniforme para todos os tipos de orações (imperativas, declarativas, interrogativas...). Trata-se de uma língua essencialmente proclítica. Para Scherre (2007), o PB teria herdado essa característica do português clássico. Os clíticos em PB ocorrem antes do verbo principal, incluindo-se a posição inicial absoluta, como se pode ver nos exemplos abaixo.

- (19)¹⁰
- a) **Me diz** aí!
 - b) **Me deixa** em casa?
 - c) Ele vai **me deixar** em casa.

¹⁰ Exemplos retirados de Scherre (2007: 218).

Ainda segundo a autora, no PB falado contemporâneo, há forte restrição de ocorrência do imperativo verdadeiro com clítico depois do verbo em qualquer área geográfica. O que torna exemplos como os abaixo pouco prováveis e estranhos ao falante nativo do português brasileiro..

- (20) a) **Deixa-me** em paz!
 b) **Retire-se** daqui.!

Este capítulo tratou do verbo imperativo que particularmente nos interessa pelo fato de figurar em segunda posição da sentença sempre que há a presença de um clítico que assume a posição à sua esquerda, a qual defendemos que é a posição de sujeito, Spec-TP. O fato de o clítico estar à esquerda do verbo não é, entretanto, uma prerrogativa de verbos imperativos, pois qualquer sentença, seja ela imperativa, interrogativa ou assertiva, admite ser iniciada pelo clítico, o que, como será discutido no capítulo (8), impossibilita uma interpretação do clítico em uma posição superior a TP, como ForceP por exemplo, onde será determinado o tipo de frase da sentença. Tal fato é evidenciado pelas análises já feitas com o sujeito indeterminado e com o verbo parecer, que, não sendo imperativos, apresentam a mesma característica.

6. OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Como vimos até aqui, o clítico e sua colocação na frase tem especial importância para nossa argumentação. Neste capítulo faremos um levantamento dos clíticos que ainda são usados no PB e como se deu a queda dos demais, argumentando como sua colocação tem papel fundamental para nossa teoria.

Muitos estudos sobre clíticos no PB, porém, apontam simplesmente na direção do seu desaparecimento em favor de uma inovação da língua que é o objeto nulo. Faz-se necessário, então, verificar-se quais foram os clíticos que realmente desapareceram, se é que desapareceram, para o estabelecimento de um novo paradigma pronominal que, de fato, ilustre quais pronomes ainda fazem parte da língua portuguesa do Brasil e quais são aqueles que já deixaram de ser usados.

Ao escrever sobre o desaparecimento dos clíticos, Costa (2010) afirma que

“esta ausência (dos clíticos) já é notória em dados de aquisição da linguagem, uma vez que dados de estudos com crianças adquirindo o PB mostram que o único clítico que ainda se mantém de maneira significativa é o átono de primeira pessoa, ‘me’, enquanto que os outros só começam a fazer parte da fala/escrita da criança mediante o processo de escolarização”. (COSTA, 2010:)

Cyrino (2003) afirma que a relação entre queda dos clíticos e ocorrência do objeto nulo não é uma questão simples, uma vez que, segundo a autora, além de o PB apresentar acusativos de 1ª e 2ª pessoas, apresenta reflexivos e o clítico “lhe”, que embora tradicionalmente seja classificado como de 3ª pessoa; em alguns dialetos, é frequentemente usado para se referir à 2ª pessoa indireta, “você”.

A tabela abaixo foi retirada de Cyrino (1993:175) e representa a frequência do uso dos clíticos e dos pronomes tônicos em posição de objeto em diferentes épocas.

Período	clítico 1ª p	clítico 2ª p	clítico 3ª p	clítico o prop.	Tônico 1ª p	Tônico 2ª p	Tônico 3ª p
1ª XVI	29.0	29.4	34.8	6.8	-	-	-
2ª XVI	30.6	12.6	43.3	13.5	-	-	-
XVII	20.3	16.4	52.3	11.0	-	-	-
1ª XVIII	36.5	19.3	27.8	6.4	-	-	-
2ª XVIII	40.1	15.8	27.0	7.1	-	-	-
1838-44	32.5	10.7	51.2	5.1	-	-	0.5
1857	23.3	11.4	57.9	2.8	0.6	-	4.0
1891	15.9	12.1	48.1	2.8	-	-	11.1
1940	49.1	22.4	26.7	-	0.9	-	0.9
1960	51.1	-	16.3	-	2.2	11.9	18.5
1973	28.0	24.0	4.0	-	-	-	44.0

Tabela 6: Porcentagens dos clíticos e dos pronomes tônicos através dos tempos.

Ao analisar a tabela acima, pode-se perceber que o clítico que primeiro deixou de ser usado é o clítico neutro de 3ª pessoa, também chamado de “proposicional”. Os clíticos de 2ª pessoa, que após a primeira metade do século XVI sofreram uma diminuição significativa, nos dados analisados em 1940 e 1973, apresentam frequência análoga àquela presente no primeiro período analisado. O que há de se considerar, entretanto, é que esse clítico embora se mantendo de 2ª pessoa, não se refere mais ao pronome tônico “tu”, mas à forma de tratamento “você”.

A partir disso, Brito (1999) procura apresentar, através de uma pesquisa diacrônica, o sistema pronominal de 2ª pessoa. Os dados analisados foram extraídos de textos do português brasileiro, para peças de teatro, escritos nos séculos XIX e XX, entre 1833 e 1988. A tabela 6 abaixo, extraída de Brito (1999), mostra o número de ocorrências do pronome “te” e dos demais pronomes de 2ª pessoa na posição de objeto.

	te	ti	lhe	o/a	você	convosco	V.Sa.	nulo	Sr.(a)	TOTAL
1º período	44	1	37	12	3	1	2	-	-	100
2º período	85	12	2	1	-	-	-	-	-	100
3º período	57	2	18	8	11	-	-	2	2	100
4º período	58	1	1	1	24	-	-	9	6	100

Tabela 7: Pronomes de 2ª pessoa em função de objeto.

O que se pode observar na tabela acima é que há variedade de uso desses pronomes em todos os períodos. No 2º período, a variante “você” não ocorre. No 3º período, observa-se que ainda predomina o uso de “te” em oposição aos demais pronomes, aumentando, por outro lado, o número de ocorrências do pronome lexical “você”. No 4º período (1988), embora haja ocorrência das várias formas de pronome de 2ª pessoa em função de objeto, observa-se, pelo número de ocorrências, a polarização de uso entre o clítico “te” e o pronome lexical “você”.

6.1 O clítico “me”

O clítico de 1ª pessoa “me” tem sido apontado na maioria das pesquisas analisadas como o clítico que possui mais ocorrências tanto como acusativo, quanto como dativo.

Em relação à redução do uso de clíticos no PB, a literatura (cf. Kato, 1999; Galves, 2001; Cyrino, 2003; Kato, 2005) aponta que esta ausência já é notória em dados de aquisição da linguagem, uma vez que dados de estudos com crianças adquirindo o PB mostram que o único clítico que ainda se mantém de maneira significativa é o átono de primeira pessoa, *me*, enquanto que os outros só começam a fazer parte da fala/ escrita da criança mediante o processo de escolarização (cf. Corrêa, 1991; Magalhães, 2006/2008).

Ao analisar a tabela 6 acima, retirada de Cyrino (1993:175), pode-se confirmar que sua frequência é alta em todos os períodos analisados e se torna ainda maior em 1940, quando há uma queda brusca na frequência do clítico de 3ª pessoa. Isso talvez se deva ao fato de os pronomes de 1ª pessoa serem os únicos a manterem inalterado seu sistema

casual. Enquanto as outras pessoas têm apresentado uma homogeneização dos pronomes em todas as posições, com privilégio para o pronome nominativo, como se verá na tabela 8 abaixo; na 1ª pessoa o uso desse pronome na posição de objeto continua sendo altamente estigmatizado (Galves, 2001).

	Nominativo	Acusativo	Dativo	Oblíquo
	1. eu	me	me	mim
Singular	2. *tu/você	te/você/lhe	lhe/a você	ti/você
	3. ele (ela)	ele(ela)/o(a)	a ele(ela)	ele(ela)
Plural	1. nós/a gente	nos/a gente	nos/a gente	nós/a gente
	2. vocês	vocês	a vocês	vocês
	3. eles(elas)	eles(elas)/os(as)	a eles(elas)	eles(elas)
* Uso dialetal				

Tabela 8: O paradigma pronominal do PB – segundo os casos – (norma culta).

6.2 O clítico “lhe”

Segundo Araújo Ramos (1999), o pronome “lhe”, que era tradicionalmente um pronome dativo de 3ª pessoa, passou a ser usado para se referir à 2ª pessoa e a receber tanto caso dativo quanto acusativo, em algumas localidades como Salvador, Maceió, Recife e João Pessoa. Monteiro (1994), a partir de dados do NURC, apresenta a seguinte tabela de distribuição dos pronomes átonos:

PRONOME	N	%
ME	519	60
TE	12	1
SE	126	15
(L)O	42	9
NOS	86	10
LHE(S)	47	5
TOTAL	863	100

Tabela 9: Distribuição dos pronomes clíticos nos dados do NURC, em Monteiro (1994).

A tabela acima, além de revelar uma frequência muito maior do pronome de 1ª pessoa com relação às demais, demonstra um baixo número de ocorrências do pronome de 2ª pessoa, o qual alterna, como dito acima, com o “lhe”, que vem sendo usado, tipicamente, em dialetos do nordeste do Brasil, como acusativo e não mais se refere à 3ª pessoa, além de começar a ser substituído pelo pronome de tratamento “você” que é capaz de receber tanto os Casos acusativo e dativo quanto o nominativo, o que diminui ainda mais sua frequência.

6.3 O clítico “se”

A tabela 10 abaixo foi retirada de Abaurre e Galves (2002:7) e demonstra a frequência dos clíticos distribuídos por formas em orações principais e subordinadas.

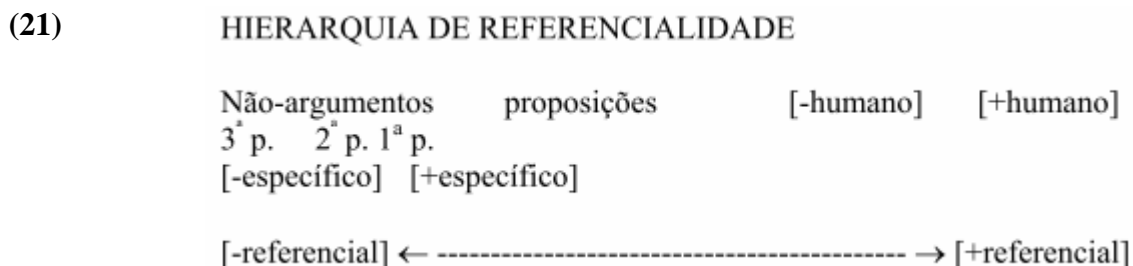
	principais	subordinadas	total
- se	49	56	105
- me	27	21	48
- o/a	3	7	10
- nos	2	3	5
- te	1	2	3
- lhe	1	0	1
total	83	89	172

Tabela 10: Ocorrência dos clíticos segundo suas formas em orações principais e subordinadas.

Pode-se observar nos dois contextos uma frequência bem maior do clítico “se” com relação aos demais. Essa constatação pode parecer paradoxal, uma vez que vários estudos têm apontado para a queda desse clítico (Galves 1987, Nunes 1990, etc). Uma observação mais detalhada dos dados, entretanto, revela que a grande maioria das ocorrências, aproximadamente dois terços (65), corresponde a usos lexicalizados do pronome, ou seja, trata-se de verbos pronominais. Algumas ocorrências (17) correspondem a reflexivos e o restante (23) se referem a índices de indeterminação do sujeito. Deixando mais uma vez em evidência a proeminência do pronome de 1ª pessoa.

6.4 Hierarquia de Referencialidade

Como se pôde perceber, o desaparecimento de clíticos em processo no PB é especializado, ou seja, atinge especificamente alguns clíticos, desses, o principal é o acusativo de 3ª pessoa. Para analisar esse fenômeno, Cyrino, Duarte e Kato (2000) afirmam que a referencialidade é um fator altamente relevante para a ocorrência dos pronomes em diversas línguas. Nesse sentido as autoras propuseram uma “hierarquia de referencialidade”, que é reproduzida abaixo.



Nessa hierarquia, os argumentos (+N, +humano) estão na posição mais alta e os não-argumentos, na posição mais baixa. Segundo as autoras, em relação aos pronomes, como a 1ª pessoa (falante) e a 2ª pessoa (ouvinte) são inerentemente humanos, estão na posição mais alta dessa hierarquia, sofrendo por isso menos apagamento, enquanto o pronome de 3ª pessoa que se refere a uma proposição (o neutro) estaria na posição mais baixa, sendo assim o primeiro a ser atingido pela queda, como visto na tabela 1 acima. Cyrino (1994,1997) afirma que “de acordo com essa hierarquia, em PB, quando o antecedente está em uma posição muito baixa na hierarquia de referencialidade, isto é, a) se o antecedente é [-animado] e b) se o antecedente é [-específico], temos um objeto nulo”, ou seja, ocorre a queda do clítico.

Assim, conclui-se que a queda dos clíticos em PB, em primeiro lugar, não atingiu a todos os clíticos, sendo mais ou primeiramente atingidos os acusativos de 3ª pessoa. Conclui-se ainda que os mais resistentes à queda sejam os de 1ª pessoa que por sua alta posição na hierarquia de referencialidade mantiveram uma frequência de uso elevada e,

talvez por isso, mantiveram também seu sistema casual intacto. Tal fato nos interessa em particular, pois explica o porquê da nossa escolha com relação ao clítico de 1ª pessoa no levantamento dos dados.

6.5 A mudança na colocação dos clíticos

Morais (1996) pesquisou a ocorrência de próclise e ênclise com verbos em início de sentença, em 5 textos teatrais entre os séculos XVIII e XX, dos autores José Antônio da Silva, O Judeu (1734), Martins Pena (1845), França Junior (1882), Armando Gonzaga (1937) e Millôr Fernandes (1982).

A tabela abaixo apresenta dados a respeito da colocação dos pronomes clíticos em estruturas com o verbo em posição inicial da sentença. Essas estruturas, entretanto, não apresentarão inversão do sujeito, nesse caso, o sujeito é nulo e deverá ser licenciado em posição pré-verbal. Na maioria dos casos, o V está em posição inicial absoluta e, em alguns outros, está precedido pela negação.

Autor	Época	Próclise		Ênclise		Total
		N	%	N	%	
Judeu (J.)	Séc. XVIII	4	67	2	33	6
Martins (M.)	Séc. XIX	8	38	3	62	21
França (F.)	Séc. XIX	3	25	9	75	12
Gonzaga (G.)	Séc. XX	2	20	8	80	1
Millôr (ML.)	Séc. XX	10	100	0	0	10
Total		27	46	32	54	59

Tabela 11: Posição do pronome clítico em estruturas V1.

Na coluna 3, temos os resultados com próclise em cada um dos períodos. Com exceção de Millôr, estes resultados com próclise não significam clíticos em primeira posição, pois embora o sujeito seja nulo, o V está sempre precedido de partículas negativas. Em

(22) abaixo damos exemplos destes casos com próclise em todos os autores, com exceção de Millôr. Em (23), os exemplos evidenciam que a perda da restrição imposta pela Lei Tobler-Mussafia parece estar bem documentada no texto de Millôr, uma vez que, em nenhuma ocorrência das declarativas com o V em primeira posição o pronome apareceu enclítico.

- (22) a. Não te entendo. (J. 226)
b. Não o pude ver. (J. 620)
c. Não o quero em casa um instante. (J. 75)
d. Não lhe falta nada. (M. 55)
e. Não me espanto. (M. 171)
f. Não o conhecia. (F. 121)
g. Nunca nos fez a menor alusão... (G. 177)
- (23) a. E agora, mais do que nunca, me sinto brasileira (Ml. 24)
b. Na verdade, me sentia mais exilada... (Ml. 27)
c. Te deu esse cavalo. (Ml. 105)
d. Me ficou um profundo sentimento de inveja. (Ml. 151)
e) Te agradeço mesmo. (Ml. 285)

A tabela acima e os exemplos que a ilustram mostram que, a partir do século XX, o PB passou a preferir a próclise, inclusive em contextos que em Portugal seria exigida a ênclise, como é o caso do V em posição inicial de sentença.

Este capítulo apresenta a queda dos clíticos em PB, assim como sua recolocação dentro da sentença, demonstrando como a próclise tornou-se a opção preferida com relação à colocação pronominal. No capítulo (8) serão discutidas as implicações teóricas dessa mudança, do ponto de vista sintático, a fim de confirmar, ou não, a hipótese de que o clítico se move para a esquerda do verbo para satisfazer EPP.

7. LÍNGUAS V2

O presente capítulo visa a discutir a relação do PB com as línguas V2, analisando essa língua no que diz respeito à posição do verbo na sentença. Pretende-se aqui verificar a possibilidade de classificar o PB como uma língua V2, com base na crescente tendência ao preenchimento da posição de sujeito nesta língua. Para tanto, faremos um levantamento das características que tradicionalmente são atribuídas às línguas V2. Posteriormente discutiremos a classificação do PB com relação à posição do verbo, tendo como base o estudo de Fiéis (2002a).

O Português europeu, por ser uma língua de sujeito nulo, admite que o primeiro elemento da sentença seja um verbo. Ou seja, não é necessário que haja um sujeito realizado foneticamente, o que faz com que muitas vezes o verbo seja o primeiro item da sentença.

Já o Português do Brasil, assim como foi visto anteriormente, vem sofrendo mudanças no que diz respeito à sua capacidade de licenciar o sujeito nulo; assim, percebe-se uma crescente necessidade de preenchimento da posição à esquerda do verbo finito, que é normalmente a posição de sujeito da sentença.

Tal fato tem feito com que o verbo finito seja posicionado, na maioria das vezes, como segundo item da sentença, enquanto um XP de diferentes categorias é movido ou ainda inserido à sua esquerda, distanciando o PB ainda mais do Português falado em Portugal. Nosso questionamento neste capítulo é justamente se o PB tem apresentado características de uma língua V2.

7.1 Tipos de línguas V2

Língua V2 é aquela cujo verbo finito aparece em segunda posição da sentença, sendo precedido por apenas um constituinte que pode ser de qualquer natureza sintática. Como se pode ver nos exemplos abaixo do africâner.

- (24) a. André **het** gister die storie geskryf.
“André tem ontem a história escrito”
 André tem escrito a história de ontem.
- b. Gister **het** André die storie geskryf.
“Ontem tem André a história escrito”
 André tem escrito a história de ontem.
- c. Die storie **het** André gister geskryf.
“A história tem André ontem escrito”
 André tem escrito a história de ontem.
- d. Nêrens **praat** mense meer Latyn nie
“Em nenhum lugar falam as pessoas mais latim [-neg]”
 As pessoas não falam mais latim em nenhum lugar.
- e. Wat **lees** jy vandag?
“O que lê você hoje” (Biberauer, 2002, p. 19)
 O que você lê hoje?

Tradicionalmente, as línguas V2 têm sido divididas em línguas V2 assimétricas e V2 simétricas. As línguas assimétricas apresentam estrutura V2 apenas na oração principal e são analisadas como o movimento longo do verbo até C°. Isso não ocorre na oração subordinada, uma vez que, como o complementizador estaria ocupando C°, o verbo não poderia se mover para essa posição. As línguas simétricas, por sua vez, apresentam estrutura V2 tanto na oração principal como na subordinada, pois o movimento do V não seria mais até C°, mas, sim, um movimento mais curto até T°, no que não influenciaria o fato de C° estar ocupado ou não.

Pinto (2010) apresentou no Seminário de Teses em Andamento – SETA, da UNICAMP, um trabalho sobre o efeito V2 em línguas Românicas e Germânicas. Nesse trabalho, o autor faz uma reflexão sobre movimento de V, efeito V2 e sintaxe da ordem das palavras em diferentes línguas, com destaque para o Espanhol.

Em sua análise, Pinto (op. cit.) apresenta exemplos de línguas assimétricas como o alemão (25), e simétricas como o iídiche (26).

- (25) a. Das Buch **kauft** Hans gestern.
 “O livro comprou Hans ontem”
 Hans comprou o livro ontem.
- b. ... dass Hans dans Buch gestern **kauft**.
 “...que Hans o livro ontem comprou”
 ...que Hans comprou o livro ontem. (Torres Morais, 1995, p. 64)
- (26) a. Oyfn veg **vet** dos yingl zen a kats.
 “Na avenida vai o menino ver um gato”
 O menino vai ver o gato na avenida.
- b. ...az oyfn veg **vet** dos yingl zen a kats
 “...que na avenida vai o menino ver um gato”
 Que o menino vai ver o gato na avenida.
 (Santorini, 1989 apud Fontana, 1993, p. 69)

Nos dados acima, pode-se perceber que, no exemplo em alemão, o verbo “*kauft*” se move para a segunda posição somente na oração principal (26a), enquanto que na subordinada (26b) o verbo permanece no final da sentença. Já nos dados do ídiche, o verbo “*vet*” move-se para a segunda posição tanto na principal (27a) quanto na subordinada (27b).

A partir da análise de dados como os apresentados em (25) e (26), costumava-se assumir que as línguas V2 assimétricas eram línguas V2 genuínas, pois, nestas, o verbo mover-se-ia até C°, tornando-se impossível o fenômeno V2 ocorrer nas subordinadas, pois já possuíam o núcleo C° preenchido pelo complementizador. As línguas V2 simétricas, por sua vez, eram vistas como línguas V2 “mais frouxas”, uma vez que o verbo se movia somente até T°.

Morais (1996) afirma que “línguas germânicas modernas, com exceção do inglês, são caracterizadas como línguas V2.” A autora ainda diz que, nessas línguas, nas orações principais, o V flexionado vem imediatamente precedido por um sintagma nominal ou adverbial. E afirma ainda que

O interessante nessas línguas V2 é que não há restrição quanto a este constituinte único que antecede V: ele pode ser o advérbio, complementos argumentais, ou o sujeito (...). (MORAIS, 1996)

Abaixo estão alguns dados do alemão que exemplificam o que foi proposto por Morais (op.cit.). Em (28a) , o elemento que precede o verbo é o sujeito da sentença; em (28b), esse elemento é um complemento argumental e em (28c), trata-se de um advérbio.

(27) a. *Ich las schon letztes Jahr diesen Roman.*

Eu li já o ano passado este livro.

Eu já li este livro no ano passado.

b. *Diesen Roman las ich schon letztes Jahr.*

Este livro li eu já no último ano.

Eu já li este livro no ano passado.

c. *Schon letztes Jahr las ich diesen Roman.*

Já no último ano li eu este livro.

Eu já li este livro no ano passado.

O alemão é um exemplo de língua V2 assimétrica. Nessa língua, na maioria das subordinadas, o V flexionado fica em posição final da sentença. Segundo Morais (op.cit),

A partir da extensão da Teoria X-barras para incluir as categorias funcionais (Chomsky, 1986b), pôde-se dar conta desta assimetria principal/subordinada em relação à posição do V, derivando a ordem V2 da principal através de dois diferentes tipos de movimento: um movimento de núcleo para núcleo move o V do interior do VP para I e para C; um outro move um XP para SPECC'. (MORAIS, 1996)

A figura abaixo exemplifica a estrutura de sentença para a oração principal com movimento de V para C e de um XP para Spec-CP.

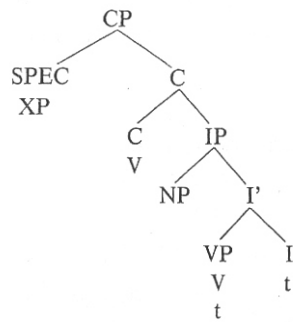


Figura 5: Oração principal de línguas V2 com movimento de V para C.

A figura acima nos mostra uma estrutura de uma língua V2 rígida como o Alemão. Morais (op.cit), no entanto, afirma que no iídiche não há a assimetria presente em línguas desse tipo. Citando Diesing (1990), a autora diz que

(Ela) mostra que a natureza do V2 no iídiche não justificaria postular o nível CP na principal e o movimento do V para C. Na sua análise, o V move-se para I nos dois tipos de sentenças. Na derivação do V2 na principal o sujeito pode permanecer na sua posição de base e receber Nominativo no interior do VP. O V não sai do IP e Spec-IP deixa de ser uma posição exclusiva do sujeito. (MORAIS, 1996)

Veremos abaixo a estrutura arbórea da oração principal de uma sentença do iídiche, na qual o V se move apenas para T°.

- (28) Dos buch **shil** ikh avek.
O livro mandei eu embora.
 Eu mandei o livro embora.

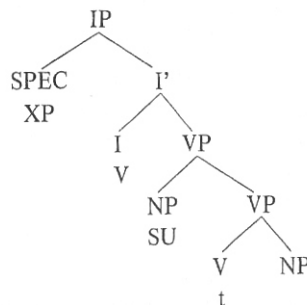


Figura 6: Estrutura arbórea da oração principal de línguas V2 com movimento de V para T°.

O efeito V2 da sentença representada acima resulta, portanto, do movimento de V para T° e do movimento de um constituinte XP, no caso, o complemento do verbo, para Spec-TP. Nesse caso, o sujeito, posposto ao verbo, permanece no interior do VP.

7.2. O Português brasileiro: uma língua V2

De acordo com Fiéis (2002a), o Português Medieval (PM) era, preponderantemente, uma língua V1 como se pode ver na tabela abaixo retirada de seu texto.

	V1	V2	TOTAL
Séc. XIII	18	8	26
Séc. XIV	39	23	62
Séc. XV	5	2	7
Séc. XVI	7	1	8
Total	69	34	103

Tabela 12: Ocorrências de V1 e V2 no Português Medieval. (FIEIS, 2002:6)

O PE, por ser uma língua que mantém características de uma língua de sujeito nulo, assim como o PM, exibe uma ocorrência elevada de orações V1. O PB, por sua vez, parece apresentar características de língua V2, uma vez que apresenta verbo finito em segunda posição da sentença, precedido por apenas um constituinte. Como afirma Pinto (2010)

Em termos gerais, o fenômeno V2 implica na existência de um constituinte, qualquer que seja a sua função sintática, seguido imediatamente do verbo na sentença matriz... (PINTO, 2010)

A nossa afirmação de que o clítico em primeira posição da sentença tem o objetivo de checar o traço EPP se fundamenta na reflexão de que “movimento de constituinte é utilizado como último recurso para checagem de traços.” (PINTO, 2010). Assim é plausível essa análise, tendo em conta que o clítico em PB, como foi dito acima, não é, como em PE, uma partícula átona que deve se adjungir ao verbo. Como afirmam Abaurre e Galves (2002)

“...no PB, todos os clíticos são clíticos “fortes” [...]E todos se movem como sintagmas” (ABAURRE e GALVES, op.cit).

Além disso, conforme Adger (2003) os clíticos dativos podem ocupar a posição de Spec-TP, que não é mais considerada uma posição exclusiva do sujeito. O que confirma nossa hipótese de que o PB precisa de algum elemento de qualquer categoria na primeira posição, ainda que seja um clítico dativo, para que EPP seja checado e para que o verbo finito, assim, fique em segunda posição da sentença.

Os exemplos abaixo demonstram o comportamento dos verbos em PB com relação à sua posição na sentença.

- (29) a) Marina *pensa* que Paulo *gosta* dela.
b) Meu colega *garantiu* que me *emprestaria* os livros.
c) Renata *acha* que me *engana*.

Os enunciados acima exemplificam a maneira como os verbos se comportam no PB com relação ao seu posicionamento na sentença. Nesses períodos compostos há duas orações, a principal e uma subordinada. Os verbos “*pensa*” “*garantiu*” e “*acha*”, que são os verbos das orações principais “*Marina pensa*”, “*Meu colega garantiu*” e “*Renata acha*”, respectivamente; estão na segunda posição da oração, precedidos apenas pelos DPs “*Marina*”, “*Meu colega*” e “*Renata*” que recebem, nesses exemplos, Caso Nominativo.

Os verbos “*gosta*”, “*emprestaria*” e “*engana*”, que são os verbos das orações subordinadas “*que Paulo gosta dela*”, “*que me emprestaria os livros*” e “*que me engana*”, respectivamente; também aparecem na segunda posição da oração, sendo precedidos apenas pelos XPs “*Paulo*” (30a) , que recebe Caso Nominativo, “*me*” (30b) que recebe Caso Dativo e “*me*” (30c), que recebe Caso Acusativo. O complementizador “*que*”, por sua vez, está ocupando a posição de C° nos três exemplos, o que comprova que os verbos subiram apenas até T°, uma vez que C° já estava ocupado.

A partir desse fato, pode-se afirmar, portanto, que o PB se comporta como uma língua V2 simétrica, aos moldes do ídiche, pois tanto naquela como nesta língua, o verbo não sobe até C°, e, sim, até o núcleo T°, enquanto algum XP é juntado (merged) ou movido para a posição de Spec-TP, como afirma Morais (1996) quando diz que “o V move-se para T nos dois tipos de sentenças. [...] O V não sai do TP e Spec-TP deixa de ser uma posição exclusiva do sujeito.” (MORAIS, op.cit.).

Tal fato corrobora nossa análise de que o clítico em posição inicial da sentença tem função estrutural, sendo alocado em Spec-TP a fim de fazer com que o verbo ocupe a segunda posição da sentença. Essa análise será mais pormenorizadamente desenvolvida no capítulo 8 adiante.

8. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

8.1 A pesquisa

Este capítulo apresentará a o levantamento de ocorrências de sentenças com sujeito indeterminado e com o verbo *parecer* impessoal, visando a demonstrar que em estruturas desses tipos o verbo ocupará sempre a segunda posição, sendo precedido, principalmente, por um clítico pronominal, o qual argumentamos estar ocupando a posição de sujeito, ou seja, Spec-TP, com o objetivo principal de checar o traço EPP presente em T°. Em seguida buscamos rebater a ideia de que o clítico poderia estar em uma posição mais alta que Spec-TP, isto é, em CP, pelas razões que serão explicitadas. Finalmente, argumentaremos como se dará a checagem do Caso Nominativo dentro desta análise.

8.1.1 O sujeito indeterminado

Nossa pesquisa baseou-se no levantamento de ocorrências de sujeito indeterminado, em orações matrizes, marcado com o verbo na 3ª pessoa do plural que admitisse um clítico de 1ª pessoa do singular – (*me*) como complemento. Para tanto, foram utilizados, em sua maioria, verbos que possuem dupla seleção de argumentos, são eles: *avisar, botar, chamar, contar, convencer, dar, deixar, descontar, dizer, ensinar, explicar, mandar, perguntar, responder, tratar*.

Os dados foram obtidos no corpus do projeto NURC-RJ. Foram analisadas 161 entrevistas e os resultados encontrados estão na tabela abaixo.

Elementos que aparecem à esquerda do verbo no início da sentença	N	%
1. “Me”	42	36
2. Eles	36	31
3. Sujeitos especiais ¹¹	21	18
4. Ø (sujeito nulo)	18	15
Totais	117	100

Tabela 13: Sentenças com indeterminação de sujeito em orações matrizes segundo o tipo de preenchimento à esquerda do verbo .

Os dados em (30), foram retirados do corpus NURC-RJ e estão aqui reproduzidos para exemplificar as ocorrências do sujeito indeterminado nas orações principais.

- (30) a. *Me* diziam que em parte parecia com bridge, se chama 'king'.
b. *Eles* nem dizem bilhão, é só bi porque dá muito trabalho dizer bilhão:
c. *Lá* faz muitos shows grandes.
d. *Lá em casa* chamavam de trezentos e sessenta e cinco dias, a banana.
e. *Aqui* constrói um país.
f. ____ Disseram que ele era perigoso se contrariassem.

Conforme a tabela acima, das 117 ocorrências de sujeito indeterminado com os verbos citados acima, 42 só apresentavam o clítico de 1ª pessoa à esquerda do verbo, como em (30a). Em 36 ocorrências, o clítico *me* não estava presente e o sujeito era preenchido pelo pronome pessoal *Eles*, como no exemplo (30b). Os exemplos (30c/d/e) expressam o que foi chamado na tabela de *Sujeitos especiais*. São XP's de natureza adverbial, que segundo Holmberg (2000), como foi visto anteriormente, são capazes de checar o traço EPP; esses dados ocorreram 21 vezes. Por último, com apenas 18 ocorrências, estão os dados que apresentam sujeito nulo como estratégia de indeterminação do sujeito, que tem como exemplo o dado (30f).

Os resultados encontrados na pesquisa apontam para a confirmação do que vem sendo afirmado por Duarte (1996), entre outros, com relação ao preenchimento da posição de sujeito no PB. Para a autora, nos últimos dois séculos, a posição de sujeito vem, cada

¹¹ São considerados sujeitos especiais XP's adverbiais à esquerda do verbo.

vez mais, sendo preenchida. Na tabela acima, fica clara a preferência pelo preenchimento da posição de sujeito, pois apenas 15% das ocorrências de sujeito indeterminado apresentam sujeito não realizado foneticamente, contra 85% de ocorrências em que há algum elemento à esquerda do verbo.

Como já foi apresentado, Holmberg (op.cit.) afirma que as línguas escandinavas tendem a mover um XP ou ainda inserir um elemento na posição de sujeito da sentença, que é a posição de Spec-TP, a fim de checar o traço [P] de EPP. Levando em consideração os dados encontrados por Buthers (2009), em que XP's expletivos são inseridos na posição de sujeito com o objetivo de checar EPP, como pode ser visto em (31), abaixo; argumenta-se, aqui, que o mesmo ocorre quando o clítico vem proclítico ao verbo de sujeito nulo, mesmo quando não há elementos que o atraiam para essa posição, engendrando uma sentença com clítico em posição inicial, como é o caso da indeterminação do sujeito em Português.

- (31) a. *Lá* vai a seleção brasileira para o jogo contra a Bolívia.
b. Será que *aqui* cabe um Mundo?
c. E “tamém” *aí* veio a “perca” da mãe dela pra cá...
d. *Lá* vem eles com mentira.
e. *Aí* vem ele.
f. *Ali* falta quase tudo.

Além disso, reforça uma tendência do PB a se aproximar de uma estrutura de língua V2, uma vez que, com a evolução do preenchimento obrigatório da posição de sujeito, o verbo tenderá a aparecer na segunda posição da sentença, deixando-se de encontrar na língua estruturas com verbo em posição inicial de sentença, ou seja V1.

8.1.2 O verbo *parecer* inacusativo

Em um segundo momento, fez-se o levantamento das ocorrências com o verbo ‘parecer’ inacusativo, ou seja, aqueles que c-selecionam um CP. Foram analisados 57 inquéritos retirados do Projeto Norma Linguística Urbana Culta – RJ (NURC-RJ). Do total de 120

ocorrências, 83, isto é, 69% das ocorrências foram do complexo “me parece”, enquanto 37 ocorrências, isto é, 31% delas, apareciam sem o pronome “me”.

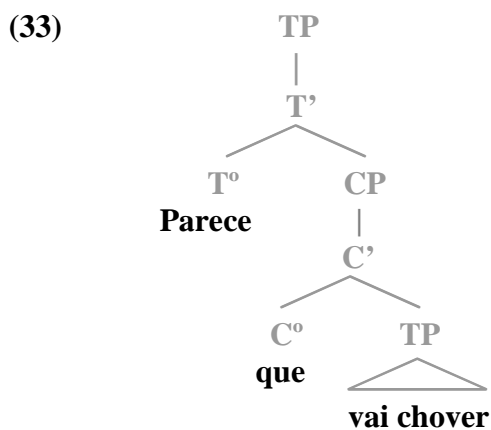
Verbo ‘parecer’ inacusativo.	N	%
1. Me parece...	83	69
2. Parece que...	37	31
Totais	120	100

Tabela 14: Presença X Ausência do clítico com o verbo “parecer”

Tradicionalmente esse verbo não possui sujeito, como no seguinte exemplo:

(32) Parece que vai chover.

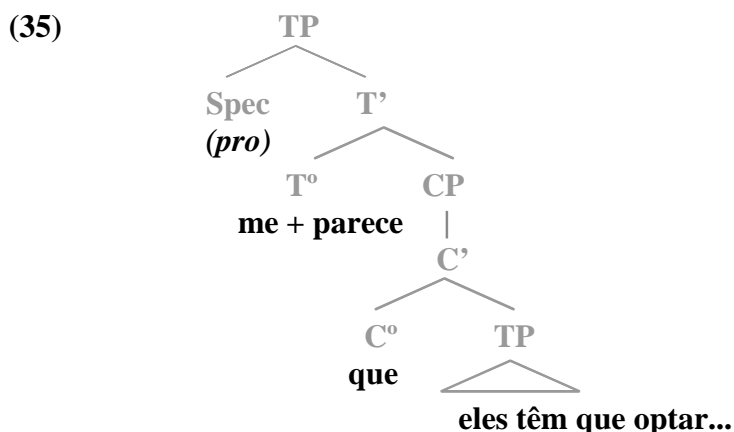
Segundo Kato (1999) uma sentença como essa não projetaria Spec-TP, apresentando uma estrutura parecida com a reproduzida abaixo.



Em nossos dados, foi encontrada uma quantidade significativa de sentenças que exibiam um pronome pessoal átono antes do verbo ‘parecer’ (69%) como no exemplo abaixo.

(34) Me parece que eles têm que optar pelos coletivos o mais rápido possível.

Segundo a análise tradicional, em uma sentença como essa, o verbo, em algum momento, unir-se-ia ao clítico formando um complexo cl+V e mover-se-ia para T°, mantendo-se em conjunto com o clítico nessa posição (KAYNE,1991), formando uma estrutura parecida com a exemplificada abaixo.



Tal análise se mostra inconsistente, uma vez que, como foi dito anteriormente, o pronome pessoal *me* em PB não apresenta mais características de um pronome átono (LOBO, LUCCHESI, MOTA, 1991), pois com o fortalecimento de sua pronúncia, diferente do que acontece no PE, esse pronome passa a se comportar como um sintagma (ABAURRE E GALVES, 2002), não podendo assim ocupar o mesmo núcleo do verbo.

... todos os clíticos são clíticos “fortes”, inclusive o de terceira pessoa *lhe*, que se alinhou no resto do paradigma uma vez desaparecido (ou em via de desaparecimento) o clítico *o/a*. E todos se movem como sintagmas (ABAURRE e GALVES, 2002).

8.2 O clítico em posição pré-verbal checa EPP

Alguns autores, como os citados adiante, têm afirmado que, diferentemente do PE, “no PB, todos os clíticos são clíticos ‘fortes’” (ABAURRE e GALVES, 2002); e ainda que “...no Brasil, ‘ao invés de ter ocorrido o enfraquecimento das vogais não-acentuadas,

houve (...) o seu fortalecimento’, convertendo-se os pronomes em ‘partículas semitônicas’”. (LOBO, LUCCHESI, MOTA, 1991).

“enquanto em Portugal houve o enfraquecimento na pronúncia dos pronomes átonos, fazendo com que a língua manifestasse a preferência pela ênclise, visto que tende a ‘incorporar os pronomes oblíquos (...) ao verbo, deles fazendo uma espécie de sufixo’; no Brasil, ‘ao invés de ter ocorrido o enfraquecimento das vogais não-acentuadas, houve (...) o seu fortalecimento’, convertendo-se os pronomes em “partículas semitônicas”. (LOBO, LUCCHESI, MOTA, 1991).

Segundo Abaurre e Galves (2002), ao citarem Uriagereka (1992), os clíticos de 1ª e 2ª pessoa (me, te) são clíticos “fortes” em relação à 3ª pessoa (o/a). Sendo assim, estes devem se mover, não como núcleos, mas como sintagmas ou (XPs): “Proporemos que, no PB, todos os clíticos são clíticos “fortes”, [...]. E todos se movem como sintagmas” (ABAURRE e GALVES, 2002).

Como se pode perceber, segundo Abaurre e Galves (op.cit), os clíticos em PB, devido ao seu fortalecimento prosódico, devem se comportar como sintagmas. Assim, é impossível que dois elementos fortes como dois sintagmas - o verbo e o clítico pronominal do PB - possam ocupar um mesmo núcleo na sentença, uma vez que o clítico nessa língua não se assemelha, como em Portugal, a um sufixo que se adjunge a um verbo. Portanto, propomos uma nova análise para a colocação do clítico pronominal dentro da estrutura da sentença em PB.

A partir disso, propõe-se que o clítico, para atender ao traço [uP] de EPP, será movido para a posição de Spec-TP, como no exemplo (36) e na (Fig.7), que é sua representação arbórea, abaixo.

(36) **Me disseram que você é inteligente.**

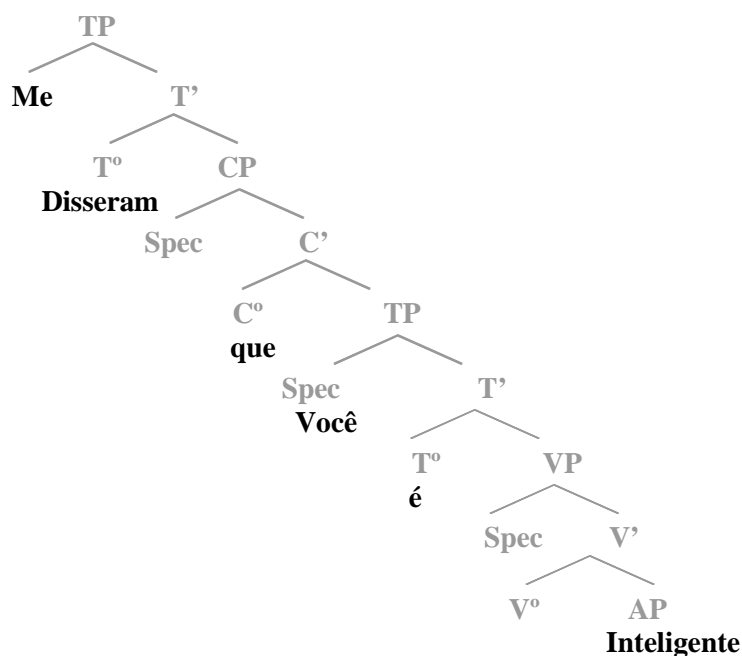


Figura 7: Representação arbórea de oração principal em PB.

Tal análise se baseia na afirmação de Kato (1999:9), ao citar Cardinaletti e Starke (1994), que postula que o domínio dos clíticos é TP e que o lugar dos pronomes fortes e fracos é em uma posição mais alta, como CP ou ΣP .

Segundo Soriano (1989) em uma frase como “*Eu vou embora*”, o pronome forte *Eu* não ocuparia a posição de Spec-TP, mas, sim, uma posição mais alta, pois Spec-TP seria ocupada por um *pro* que receberia, portanto, o Caso Nominativo atribuído pelo núcleo T°.

Kato (op.cit), entretanto, defende a inexistência de *pro*, uma vez que categorias como Agr ou clíticos, poderiam fazer o papel de Argumento Externo da sentença, por se tratar de categorias D. Dessa maneira, com base na argumentação da autora, defendemos que Agr não somente recebe o papel temático externo, como também checa o Caso

Nominativo, deixando Spec-TP livre para se projetar apenas com o objetivo de receber o clítico.

8.3 A incompatibilidade do clítico com a periferia esquerda de TP (CP)

Em sua tese de doutorado, Pereira (2011) defende, contrariando o estudo de Butters (2009), que a partícula “lá” não pode ocupar a posição de Spec-TP, e, sim, uma posição mais alta, na periferia esquerda, ou seja, em CP. Como se verá abaixo, essa abordagem não se aplica ao clítico, pois CP mostra-se incompatível para alocar esse item em qualquer núcleo da sintaxe cartográfica de Rizzi (1997).

Segundo Rizzi (op.cit), é no nível CP que se determina a interpretação da sentença, ou seja, se ela é interrogativa ou declarativa, por exemplo; se possui tópico ou foco e ainda se o verbo da sentença será finito ou infinitivo.

Para o autor, CP se divide em quatro categorias: *ForceP*, que determina a força da sentença, isto é, se ela será declarativa, exclamativa, relativa, interrogativa, adverbial, etc.; *FinP*, que determina as especificações de finitude do verbo através da escolha de complementizadores, por exemplo: na escolha de *that*, do inglês, o verbo será finito (38a). Diferentemente, ao escolher o complementizador *for*, o verbo será infinito (38b).

- (37) a. “...that John will leave tomorrow” (RIZZI, 1997:301)
b. “...for John to leave tomorrow” (RIZZI, 1997:301)

TopP, que aloca um eventual tópico da sentença. Sendo ele anteposto à oração e geralmente separado desta por uma pausa, o tópico é uma informação dada, ou seja, expressa um dado disponível no discurso, conforme o seguinte exemplo:

- (38) *A menina*, eu encontrei (ela) já virando a esquina.

Na relação tópico-comentário, tópico ocupa a posição de especificador, enquanto o comentário ocupa a posição de complemento.

Por fim, há ainda *FocusP*, que, embora também normalmente anteposto, expressa um elemento novo, ou seja, uma informação não disponível previamente, conforme o exemplo abaixo:

(39) *Uma casa nova*, eu estou precisando comprar.

Na relação foco-suposição, foco ocupa a posição de especificador, enquanto a suposição ocupa a posição de complemento.

Além de itens nominais, ocupam a posição de foco os operadores *Wh*, uma vez que são incompatíveis com itens focalizados, disputando com estes a mesma posição.

(40) a. “*A chi IL PREMIO NOBEL doverbero dare?” (RIZZI, 1997:298)

A quem o prêmio Nobel devem dar?

b) “*IL PREMIO NOBEL a chi doverberro dare?” (RIZZI, 1997:298)

O prêmio Nobel a quem devem dar?

Tais informações revelam total incompatibilidade do clítico pronominal com posições mais altas que Spec-TP, uma vez que o clítico não atende a nenhuma das características próprias dessas posições.

Como vimos, *ForceP* é uma posição que determina se uma sentença será declarativa, interrogativa, exclamativa, etc. Dessa forma, para o clítico ocupar esta posição seria necessário que sua presença determinasse a força da sentença, ao passo que o que se vê não é isso. Podemos encontrar dados tanto de orações declarativas como de interrogativas ou imperativas, por exemplo, sendo iniciadas por pronomes clíticos, como podemos ver no exemplo abaixo:

(41) a. Me disseram que a estrada está bloqueada. (sentença declarativa)

b. Me procuraram enquanto eu estava fora? (sentença interrogativa)

c. Me encontre no local combinado às três horas. (sentença imperativa)

Os exemplos acima servem para corroborar a afirmação de que “me” não poderia estar em *ForceP*, pois se assim fosse, não seria possível a realização de orações com forças diferentes.

Da mesma maneira, *FinP* não é uma posição compatível com o clítico, uma vez que, como já foi dito, elementos alocados em *FinP* determinam a finitude do verbo e como veremos nos exemplos abaixo, há ocorrências de sentenças iniciadas por clíticos em que os verbos são tanto finitos quanto infinitos.

- (42) a. Me cortaram do time só porque tirei notas baixas.
b. Me cortar do time só porque tirei notas baixas é uma judiação.

Por fim, as projeções *TopP* e *FocusP* também se mostram incompatíveis com o clítico, na medida em que embora o clítico tenha sofrido mudanças no campo fonético, sendo assim pronunciado de maneira mais forte que em PE, sua força entonacional não é suficiente para colocá-lo em uma posição de focalização ou topicalização na sentença. Elementos que se alocam nessas posições são elementos suficientemente fortes foneticamente, a ponto de receberem um acento que os destaquem do restante da sentença, separando-os desta inclusive por uma pausa acentuada.

Diante do exposto, defende-se a impossibilidade do clítico pronominal ocupar uma posição na periferia esquerda de TP, ou seja, CP; corroborando a hipótese inicial de que o clítico ocupa a posição de Spec-TP.

8.4 Checagem do Caso Nominativo

Como vimos no capítulo 2, em seu artigo *Strong and weak pronominals in the null subject parameter*, Kato (1999:3) afirma que “Agr [+pronominal] deve ser entendido como a gramaticalização/incorporação dos pronomes pessoais na flexão verbal, e que

devem ser analisados em distribuição complementar com pronomes fracos e sujeitos clíticos.”¹²

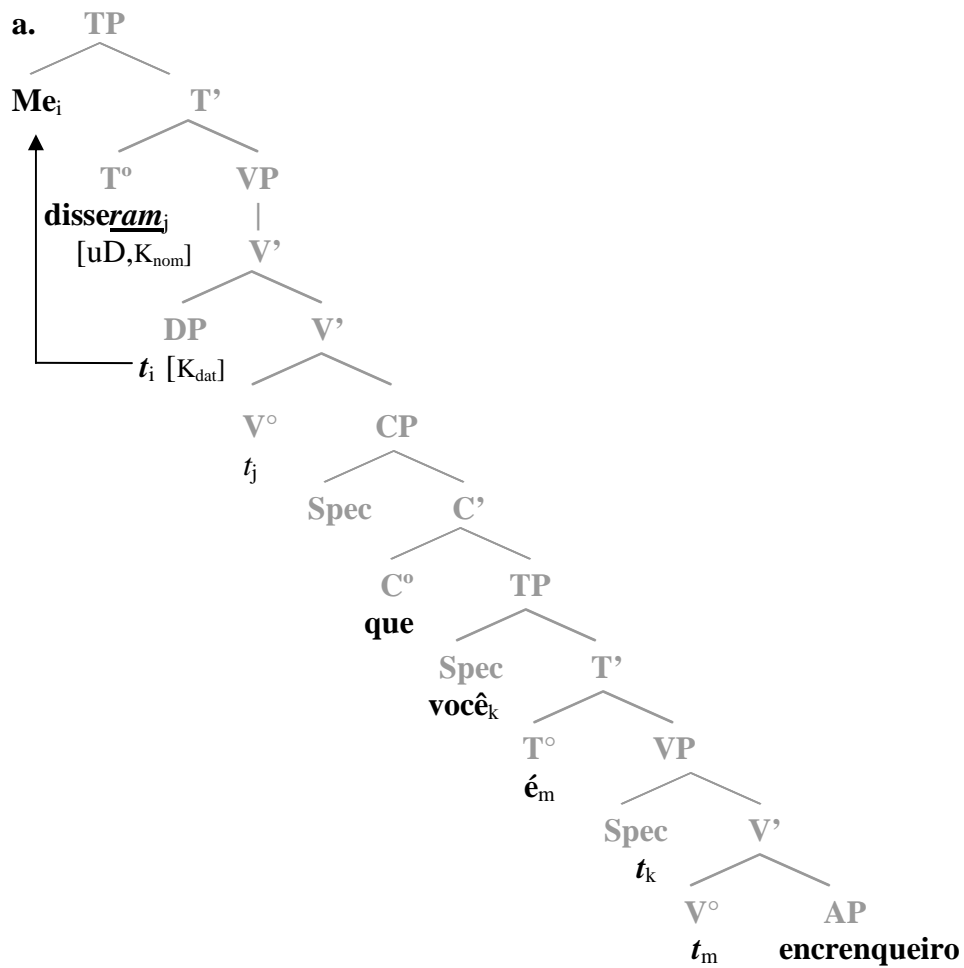
Segundo a autora, Agr [+pronominal] será um item lexical independente na numeração, enquanto Agr [-pronominal] será parte do verbo lexical. Agr [+pronominal] é formalmente um D, como pronomes fracos e clíticos, e podendo, por isso, checar os traços D e Caso [Nominativo] presentes em T. Tal fato causa a não projeção de Spec-T e a interpretação da inexistência de *pro* como uma categoria D (KATO, 1999 : 3).

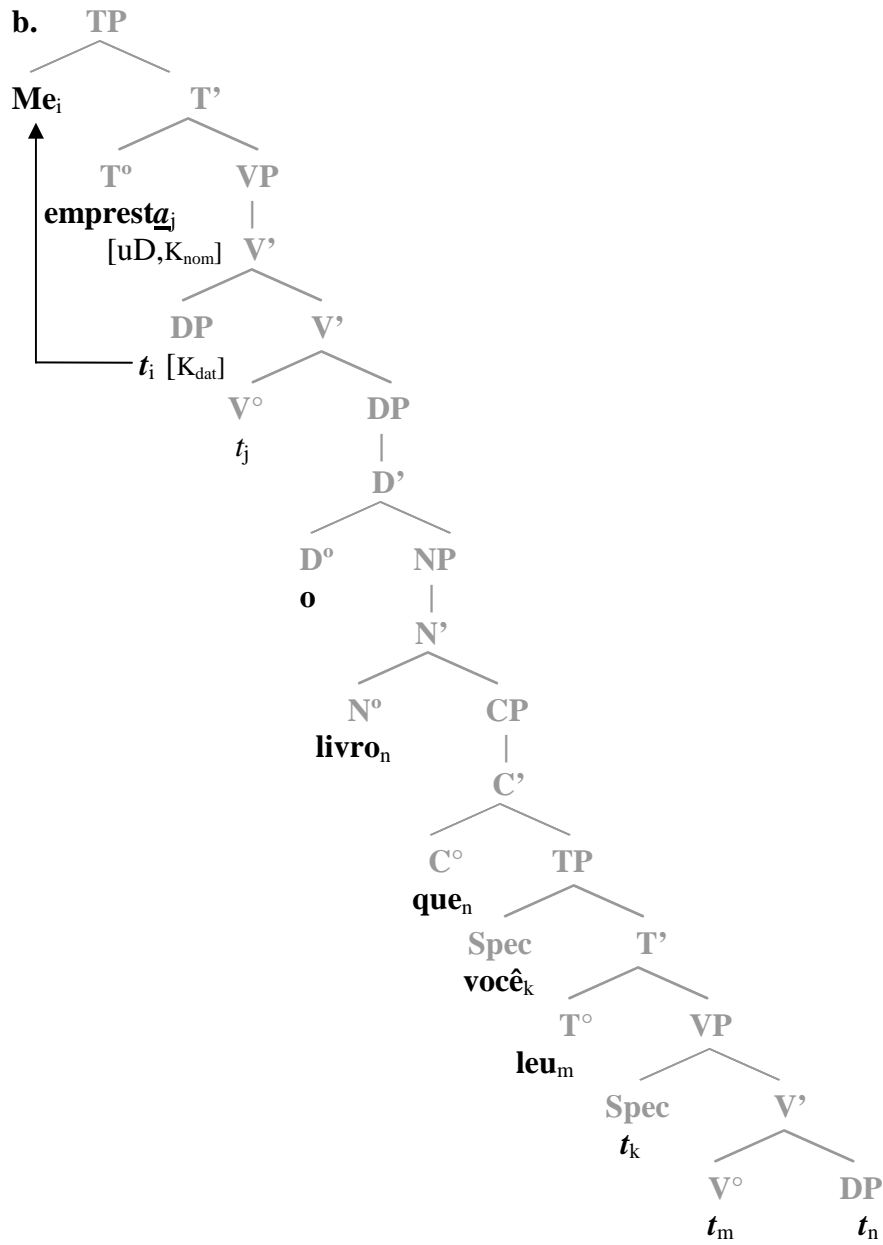
Com base em tal afirmação, defende-se que, nas estruturas de sujeito indeterminado, sentenças imperativas e sentenças com o verbo *parecer* inacusativo, presentes (1) e reproduzidas abaixo,

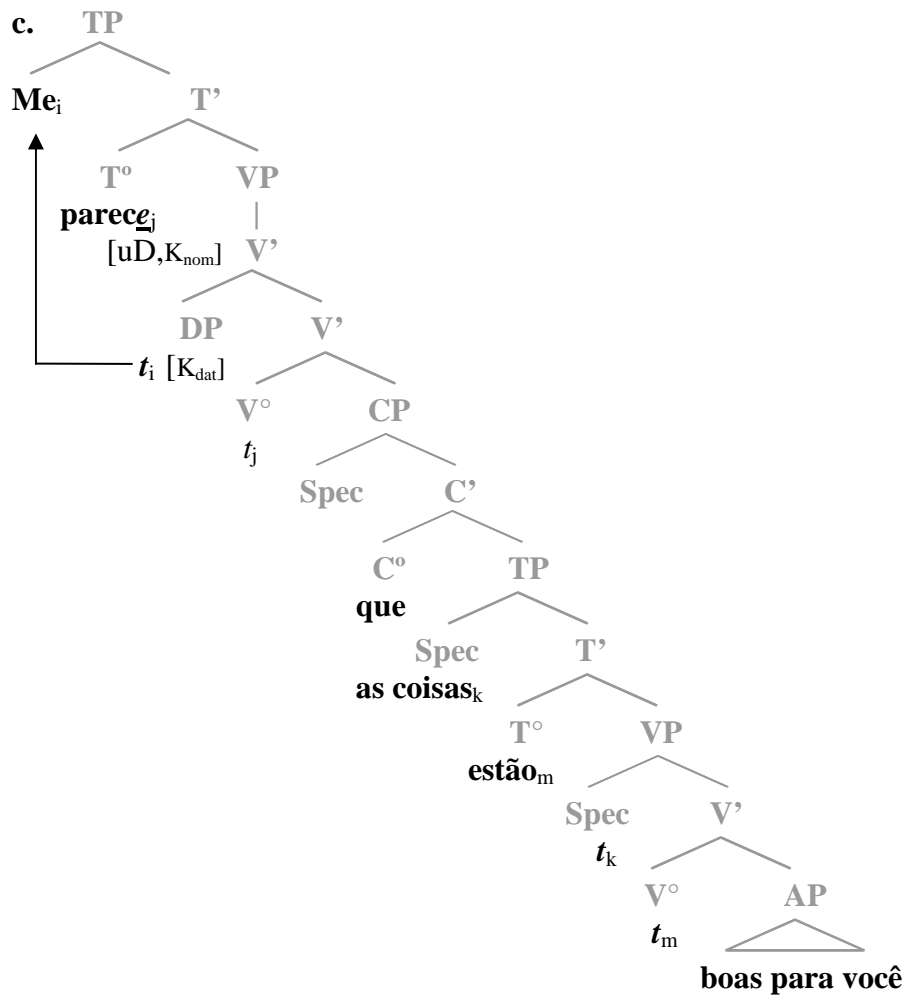
- (1) **a.** Me disseram que você é encrenqueiro.
 b. Me empresta o livro que você leu?
 c. Me parece que as coisas estão boas para você.

o pronome pessoal de 1ª pessoa (me) se encontra em Spec-TP, que é projetado apenas para alocar esse item, uma vez que os traços D e Caso Nominativo já foram checados por Agr presente em T°. Dessa maneira, sua representação arbórea seria como se segue:

¹² Tradução aproximada de: “[+ pronominal] Agr, understood as gramaticalization/incorporation of personal pronouns in verbal inflection, will be claimed to be in complementary distribution/competition with weak pronouns and subjects clitics” (KATO, 1999 : 3)







As árvores acima exemplificam nossa argumentação de que a posição de Spec-TP pode ser preenchida por um clítico e que esta deve deixar de ser analisada apenas como uma posição exclusiva do sujeito temático, uma vez que mesmo quando este não é realizado foneticamente, esta posição deve ser preenchida por um outro elemento com matriz fonética, seja ele inserido nesta posição, ou ainda movido para lá, como é o caso do clítico “me” acima, a fim de checar EPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, analisamos o preenchimento da posição de sujeito da sentença no PB em contextos nos quais o PE ou o PB não contemporâneo exibiriam o sujeito nulo. Como foi visto, o PB vem sofrendo modificações com relação ao parâmetro *pro-drop*, ou parâmetro do sujeito nulo, no sentido de um preenchimento cada vez mais frequente dessa posição, que é Spec-TP.

Nossa análise defende que os clíticos pronominais remanescentes, em particular o de primeira pessoa “me”, que é aquele que apresenta o maior número de ocorrências na língua, movem-se para a esquerda do verbo a fim de checar EPP, que é o princípio segundo o qual toda língua possui sujeito.

Tradicionalmente o clítico é alocado no mesmo núcleo que o verbo, formando-se um complexo (cl+V) ou (V+cl) (cf. KAYNE,1991). O que foi argumentado, entretanto, nesta dissertação, é que, como no PB o clítico sofreu um fortalecimento na pronúncia da vogal átona, ele deixou de ser um clítico como aquele encontrado no PE, que se compara a um sufixo do próprio verbo. Defendemos que em PB esse clítico se move como um sintagma, ocupando por isso uma posição diferente do verbo.

A posição ocupada por esse clítico, entretanto, não é aleatória, pois o mesmo se move com o intuito de ocupar a posição de sujeito da sentença, ou seja, Spec-TP; uma vez que, como foi visto, o PB tem se tornado, nas palavras de Holmberg (2008), uma “língua de sujeito nulo parcial”; tendo em vista a realização fonética cada vez mais frequente dessa posição.

Tal tendência tem feito com que o PB apresente características de uma língua V2 simétrica, como o iídiche, que apresenta o fenômeno V2 tanto na oração principal como na subordinada. Estudos como o de Fiéis (2002a), revelam que o Português Medieval era uma língua V1, mas com o fato de o PB apresentar a posição de sujeito cada vez

mais preenchida, o verbo começa a ocupar a segunda posição da sentença, revelando uma frequente ordem V2.

Para nossa análise a respeito desse preenchimento, utilizamos a proposta de Butchers (2009), por sua vez baseada na de Holmberg (2000), de faturação do EPP em dois traços distintos: [uD], que se relaciona com a concordância e [uP], que se refere ao fato de haver a necessidade de movimento, ou inserção, de um elemento fonético para a posição de sujeito. Além da abordagem de Kato (1999) que postula a inexistência de *pro*, defendendo que uma posição só é projetada quando há um elemento que a ocupe. Assim, não há necessidade de que haja um *pro* na posição de Spec-TP para receber o Caso Nominativo, que é atribuído, segundo a autora, à própria concordância presente em T°, deixando a posição Spec-TP livre para receber outros elementos, como no caso o clítico.

A partir desta pesquisa, acreditamos ter conseguido de maneira satisfatória atender ao objetivo proposto que era o de verificar o que levava o clítico a se mover para a esquerda do verbo. Tentamos, assim, avaliar a pertinência da nossa hipótese de que esse movimento se devia à necessidade de checagem do traço EPP. Sabemos, entretanto, que ainda há muito para ser discutido com relação a esse tema que tem despertado o interesse de vários teóricos ao longo dos anos. Esperamos, portanto, que nosso trabalho tenha contribuído para a ampliação da discussão e venha a motivar novas pesquisas com relação ao assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE M. B. ; GALVES, C. “*Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático - fonológica.*” In: CASTILHO, A. e BASÍLIO M. (Orgs). *Gramática do Português Falado. Vol IV: Estudos Descritivos.* p. 267-312. Campinas, UNICAMP, 2002.

ADGER, D. *Core Syntax: A minimalist approach.* Oxford: Oxford University Press, 2003.

ALVES, Nilton Antônio. *As formas VOCÊ e CÊ e a indeterminação do sujeito no português brasileiro.* Dissertação de mestrado. UFMG. 1998.

ARAÚJO RAMOS, Conceição Maria. *O Clítico de 3ª Pessoa : um Estudo Comparativo Português Brasileiro/Espanhol Peninsular.* Tese de doutorado, Maceió, UFAL. 1992

BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa.* Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

BRITO, O. *O uso dos pronomes de 2ª pessoa em função de objeto no Português Brasileiro.* Londrina,UEL, 1999.

BUTHERS, C.M. *Emergência da ordem [XP V (DP)] no PB contemporâneo e o parâmetro do sujeito nulo: uma abordagem minimalista.* Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009.

CALABRESE, A. Pronomina: some properties of the Italian pronominal system. In: FUKUI, N. RAPOPORT, SAGEY, E.(eds.) *MIT Working Papers in Linguistics* 8: 1-46. 1986.

CARDINALETTI, Ana & Michal STARKE. The typology of structural deficiency on the three grammatical classes. *Working Papers in Linguistics*, 4 –2, 41-109, University of Venice, 1994.

CARVALHO, J. B. *Phonological conditions on Portuguese clitic placement: On syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. Linguistics* 27:405-436. 1989.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *The minimalist program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

_____. *Novos Horizontes no estudo da linguagem*. Cambridge, Apud D.E.L.T.A., vol.13, nº Especial, pp.49-101. 1997.

_____. *Minimalist inquiries: the Framework*. Cambridge, MITWPL 15, 1998.

_____. On phases. Ms. 2005.

CINQUE, Guglielmo. *On si constructions and the theory of arb. Linguistic Inquiry* 19:521-581. 1988.

CORRÊA, V. R. *Objeto direto nulo no português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1991.

COSTA, Tatiane. *Escrita e Fala: Contextos de preenchimento ou não da posição de objeto no Português brasileiro*. Palhoça: CELSUL, 2010.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis F. L. *Nova Gramática do português contemporâneo*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 717 p.

CYRINO, S.M.L. *Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos*. In Ian Roberts & Mary Kato. Eds.. *Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica*. Campinas: Editora de UNICAMP, 1993.

_____. *O Objeto Nulo no Português do Brasil - um Estudo Sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1994, 1997.

_____. "Para a história do português brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos" *Letras de Hoje* 38 (1): 31-47, 2003.

CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E. L. & KATO, M. A. *Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese*. In: Mary A. Kato & Esmeralda Negrão. Eds.. *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main: Vervuert, 2000.

DAVIES, M. and FERREIRA, M. (2006-) *Corpus do Português (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX)*. Disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>.

DUARTE, M.E.L. *A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro*. Tese de doutorado, Campinas, UNICAMP, 1995.

_____. *Do pronome nulo ao pronome pleno: A trajetória do sujeito no Português do Brasil*. In: ROBERTS, I. e KATO, M. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP, 1996.

EVERETT, D. *Why there are no clitics*. Manuscrito, University of Pittsburgh, 1993.

FIÉIS, A. (2002a) (XP) V S em Português Medieval. *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri/APL, 175–187.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. *À procura dos motivos*. Rio de Janeiro: Codreci, 1982.

GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância do Português Brasileiro. In: (ROBERTS, I. e KATO, M. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP, 1996.)

_____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Unicamp, 2001.

GALVES, C. ; BRITTO, H. S. ; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. . *The Change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus*. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, p. 39-67, 2005.

HAN, Chung-Hye. *The Linguistic Review* 18 (2001), 289–325.

HOLMBERG, A. *Scandinavian Stylistic Fronting: How Any Category Can Become an Expletive*. *Linguistic Inquiry*, v. 31, n. 3, 2000.

HUANG, C. T. J. *On the distribution and the reference of empty categories*. *Linguistic Inquiry* 15: 531-574, 1984.

KATO. M. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP, 1996.

_____. *Strong and weak pronominals in the null subject parameter*. *PROBUS*, 1999.

KAYNE, R. *Romance Clitics, verb movement and PRO*. *Linguistic Inquiry*, 1991- pp. 647-686, vol. 22.

LOBO, T. ; LUCCHESI, Dante ; MOTA, J. . . *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador - Bahia, v. 12, p. 147-158, 1991. In: SARAIVA. Líbia M. S. *A colocação dos pronomes átonos na escrita do domínio jornalístico e nos inquéritos do projeto NURC: uma análise contrastiva*. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

MAGALHÃES, T. M. V. *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro*. - Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2006.

_____. *As diferenças entre a Gramática da Fala e a “Gramática” da Escrita no Português Brasileiro e suas conseqüências para o ensino da língua*. In: *Revista do Gelne*, Vol. 10, nº 01/02. 2008

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do Português*. 1994. 628 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

MIOTO, Carlos et al. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2005

MONTEIRO, J. *Pronomes Pessoais: Subsídios para uma Gramática do Português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

MORAIS, Maria Aparecida C. R. T. *Aspectos diacrônicos do Movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no Português do Brasil*. 1996.

NASCIMENTO, M. do. *Sur la position du sujet dans le Portugais du Brésil*. Tese de doutorado, Paris: Université de Paris VIII. 1984.

NICOLAU, E. *As propriedades de sujeito nulo e de inversão no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1995.

NUNES, J. M. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Campinas, 1990.

_____. *Se apassivador e Se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*; Campinas (20), p. 33-59. 1991.

PEREIRA, Bruna Karla. *A sintaxe cartográfica de 'lá' no português brasileiro: um estudo da periferia esquerda*. (Tese de doutorado) UFMG. 2011.

PINTO, Carlos F. C. *Línguas românicas, línguas germânicas, movimento do verbo e efeito V2*. In: ANAIS DO SETA, Número 4, 2010.

RAPOSO, E. *Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem*. Lisboa, Editorial Caminho, 1992.

RIVERO, M. L. . Negation, imperatives and wackernagel effects. *Rivista di Linguistica* 6.39–66. 1994b

RIVERO, M. L. & ARHONTO TERZI. Imperatives, v-movement and logical mood. *Journal of Linguistics* 31.301–332. 1995

RIZZI, L. *The fine structure of the left periphery*. In: Haegeman, L. (Ed.). *Handbook of generative syntax*. Kluwer: Dordrecht. 1997.

SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, D. B. B.; LUNGUINHO, M. V.; SALLES, H. M. M. L.. Reflexões sobre o Imperativo em Português. *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 23, p. 193-241, 2007.

SIGURÐSSON, H. Á. *On Narrative Inversion and Basic Word Order in Old Icelandic*. Reykjavík: Institute of Linguistics, 1994

SORIANO, Olga Fernandes. Strong Pronouns in Null Subject Languages and The Avoid Pronoun Principle. In: P. Branigan et alii (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics*, 11. 228-39. 1989.

URIAGEREKA, J. *Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance*. Ms. University of Maryland, 1992.

ANEXO A – Exemplos de orações com sujeito indeterminado tendo apenas o clítico à esquerda do verbo no projeto NURC-RJ.

a. Me avisaram em cima da hora que eu ia sair o avião às duas horas da tarde, e eu fiquei lá, cheguei lá no sábado de manhã e saí numa segunda-feira tarde da noite. Isso eu gosto de fazer, gosto muito de viajar.
b. Me deram uma prova de história da filosofia, depois a dissertação assim sobre, mais ou menos no mesmo sistema do, do, do colégio.
c. Me disseram que o homem que, que, que resolveu isso, que aliás é um, um, parece ser um homem de muito valor, o Assis Ribeiro, né, foi ele que fez o plano.
d. Me pegaram prum programa da COPPE. Vocês conhecem a COPPE?
e. Me contaram uma coisa que eu quase não acreditei.
f. Me ensinaram isso. Biscoito, eh, fruta. Fruta que não (sup.)
g. Me disseram que caranguejo comia os, as pessoas que se afogavam, aí não dá, né?
h. Me disseram que não, que ela é igualzinha à de boi, vermelhinha, aquilo igualzinho, mas a que eu vi no colégio era marrom.
i. Me informaram nas épocas de vida que não era bom e eu ME convenci disso.
j. Me disseram, o negócio passa com o tempo, né? O grau tende a ser reduzido. Que é mais?
k. Me disseram que foi isso que aconteceu mas eu não, não tenho a menor noção, sabe?
l. Me dispensaram da função, estou aguardando outra ...
m. Me disseram que é suíço.
n. Me chamam de Peninha porque eu muitas vezes, eh, acendo, acendo a boca e não tem cigarro.
o. Me perguntaram: você sabe o que você está comendo?
p. Me diziam que em parte parecia com bridge, se chama 'king'.
q. Me convidaram, que eu nunca tinha ido,
r. Me tratam por você.
s. Me deixaram ir, ir apanhá-la.
t. Me botam um automóvel à disposição.

ANEXO B – Exemplos de orações com o verbo “parecer” impessoal tendo apenas o clítico à esquerda do verbo no projeto NURC-RJ.

a. Me parece que eles têm que optar pelos coletivos o mais rápido possível.
b. Me parece que um sanduíche canadense, por sinal horrível.
c. Me parece que as transmissões que são feitas entre lugares distantes podem ser através de satélite
d. Me parece que é a desvalorização do cruzeiro.
e. Me parece que é de acordo com a exportação brasileira.
f. Me parece que aumentou quatro centavos no litro do leite.
g. Me parece que o código trinta, esse que eles chamam de emergência
h. Me parece ser até uma lei do, do Banco Central que fala sobre isso, né?
i. Me parece que depois, depois desta fase artística da mulher profissional,
j. Me parece que foi esse o primeiro grande escândalo considera...
k. Me parece que foi isso que o Ronald me falou ... n
l. Me parece que foi assim ... não tenho bem certeza não ...
m. Me parece que eles sobem nas árvores e fazem,
n. Me parece que o sentido da pergunta foi em termo(s) de reunião total...
o. Me parece que as pessoas vão à à pensão pra suprir uma necessidade:...
p. Me parece que é isso eu não tenho lá grandes noções a respeito...
q. Me parece que... é:... a pessoa quando... quando acerta determinado..
r. Me parece que chamados jogos de azar né?...
s. Me parece que pelo que eu sei é só.
t. Me parece que era um contra baixo, não tenho certeza.